

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO DE 2011

Senhores Acionistas,

Submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras da ETERNIT S.A. referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011.

Durante o ano de 2011, a Eternit apresentou crescimento superior ao setor que teve uma ligeira redução por materiais de construção. A primeira fase do Programa de Expansão e Diversificação consolidou a Eternit como a maior e mais diversificada indústria de coberturas do País e já encerra 2011 com aproximadamente 20% do seu faturamento ligado a diversificação.

O volume de vendas de fibrocimento, que inclui componentes para sistemas construtivos, atingiu patamar histórico de 859,3 mil toneladas, crescimento de 3,9% em relação a 2010. Limitado a sua capacidade de extração, o volume vendido de mineral crisotila foi de 296,7 mil toneladas, volume praticamente estável quando comparado a 2010. As telhas de concreto apresentaram crescimento de 13,5% em relação a 2010, com 5,9 milhões de metros quadrados vendidos.

O ano de 2011 também consolidou a Eternit como provedora de louças sanitárias, e reforçou as convicções da Companhia sobre investir neste segmento. Estamos há dois anos e meio neste setor, usando capacidade de terceiros, e já somos o quinto maior em participação de mercado. Agora será construída a primeira unidade industrial no Estado do Ceará. Este investimento será realizado por meio de uma joint-venture entre Eternit S.A., com 60% de participação acionária e Organizações Corona S.A., multinacional colombiana, um dos maiores produtores mundiais de louças sanitárias, com experiência de mais de 130 anos, com um parque industrial diversificado de 17 fábricas na Colômbia e duas nos Estados Unidos, com 40% de participação acionária.

Esta é uma aliança estratégica para desenvolver conjuntamente o negócio de produção e comercialização de louças sanitárias, em que a Corona contribuirá com seu know-how de desenvolvimento e produção, e a Eternit, com seu conhecimento do mercado, com sua eficiência logística e uma rede de distribuição de mais de 15 mil pontos de venda. A primeira fase da fábrica de Pecém (Ceará) terá início previsto no primeiro semestre de 2012 e o prazo para conclusão será de 18 meses.

A receita bruta consolidada atingiu R\$ 1,1 bilhão, recorde mais uma vez, 8,1% superior à de 2010. A receita líquida também aumentou 8,1% e encerrou o ano com R\$ 820,2 milhões principalmente em função de recuperação de preços além do aumento de volume em alguns segmentos.

Os novos produtos representam hoje aproximadamente 20% do faturamento da Eternit. Esta diversificação iniciou no final de 2007, com a inclusão de telhas metálicas, entrada no segmento de louças sanitárias e em fevereiro de 2010, com a aquisição da Tégula. Este resultado demonstra que a estratégia de diversificação da Companhia foi acertada. Portanto, a segunda fase do Programa Estruturado de Expansão e Diversificação fará com que a médio e longo prazo a participação em novos produtos possa chegar a 50%. É importante ressaltar que a Eternit não vai diminuir sua participação no mineral crisotila ou no fibrocimento.

A Tégula foi uma aquisição muito importante, principalmente pelo valor estratégico. O setor de coberturas está segmentado em industrial, comercial e residencial. A Tégula tem foco no residencial, é líder no setor de telhas de concreto e, com os investimentos feitos até agora, sua capacidade de produção foi aumentada em 60%, com máquinas mais produtivas, automação e novas plantas. A Tégula é uma marca que se posiciona inicialmente para o segmento Premium, mas em 2011 lançou a telha Big, que tem um custo de produção menor e é voltado para o público de diferentes condições econômicas.

A indústria de transformação, juntamente com a desaceleração generalizada observada nos serviços, levou o crescimento do PIB (Produto Interno Bruto) a 2,7% em 2011, valor inferior ao previsto no último Relatório de Inflação pelo Banco Central (BACEN). O PIB da construção civil encerrou o ano acumulado em 3,6% e projeta-se para 2012 um crescimento de 4,8%, justificado pelas obras do governo e pela expansão do crédito imobiliário.

A busca contínua de excelência em gestão da Companhia não se resume a apenas indicadores econômico-financeiros. A Eternit entende que devem ser contempladas em sua estratégia as três dimensões da sustentabilidade - econômico, ambiental e social. Nesse sentido, a Companhia mantém o programa Portas Abertas, que já recebeu mais de 50 mil visitas em sete anos de existência; o projeto Sambaíba na cidade de Minaçu - GO onde capacita jovens, na sua maioria deficientes auditivos, com remuneração, mantém a preservação de 36,9 milhões de metros quadrados pelas empresas do Grupo Eternit; é signatária do Pacto Global da ONU desde 2007; possui a certificação OHSAS 18.001 de saúde e segurança no trabalho, ISO 14.001 de gestão ambiental e ISO 9.001 de gestão qualidade em todas as suas unidades; e promove pequenas e médias ações próprias e de apoio a terceiros, visando a inclusão social. Por fim, reforçando seu comprometimento com a transparência e equidade no relacionamento com investidores, a Eternit tem suas ações listadas no Novo Mercado da BM&FBOVESPA - o mais alto nível de Governança Corporativa da Bolsa - e adota a Assembleia na Web, uma plataforma de votação eletrônica, através de procuração, que facilita a participação dos seus quase 7 mil acionistas, distribuídos em todos os estados brasileiros e no exterior, nas assembleias (www.assembleianaweb.com).

Em novembro de 2011, a Eternit inaugurou o seu showroom multiprodutos, localizado na Avenida Rebouças, nº 2175, em São Paulo. O novo local abrigará todas as linhas de produtos com a marca Eternit, devidamente instalados e para que consumidores, arquitetos, engenheiros, e lojistas possam conferir a aplicação e o funcionamento dos itens. Os visitantes também contarão com apoio de profissionais da empresa para esclarecimentos de dúvidas.

O showroom da Eternit funcionará como uma vitrine da marca. Nosso objetivo é aproximarmos cada vez mais do dia a dia dos consumidores, clientes e profissionais da área e apresentar o novo momento da empresa com a diversificação do portfólio que estará exposto no novo espaço. Os últimos quatro anos mostraram que a Eternit acertou em sua estratégia de diversificação. Sua capacidade de inovar e desenvolver diferenciais permitiu-lhe dobrar seu faturamento, colocando-a em novo patamar. É a única empresa do setor de materiais de construção com este modelo.

Crescimentos com governança e foco nas necessidades do mercado nortearão o próximo ciclo da Eternit. Bem vindo aos próximos 70 anos.

MERCADO E DESEMPENHO OPERACIONAL

O Índice ABRAMAT (Associação Brasileira da Indústria de Materiais de Construção), baseado nas vendas internas deflacionadas de materiais de construção, indicou um crescimento de 2,9% em 2011 frente ao ano passado. A projeção para 2012 aponta um crescimento de 4,5% perante o ano de 2011 devido às projeções de vendas no varejo, o ritmo previsto para as obras dos Programas de Aceleração do Crescimento (PAC) e do Minha Casa Minha Vida (MCMV) e o acréscimo de contratações de obras em ano de eleições municipais.

Os materiais de acabamento foram os que mais influenciaram o crescimento do faturamento no acumulado de 2011, com 8% frente a 2010. Com um impacto menos significativo, os materiais básicos sofreram um crescimento de apenas 0,2%, na mesma base de comparação.

De acordo com o relatório de dezembro de 2011 da ABRAMAT, após um primeiro semestre de variações oscilantes referentes ao faturamento de vendas internas, na segunda metade do ano demonstrou apenas variações positivas e com crescimento consecutivo de sete meses. Na comparação com o mês de dezembro de 2010 houve crescimento de 7,4%. As expectativas para os primeiros meses de 2012 tendem a manter o cenário positivo, porém com uma taxa de crescimento menor que a de dezembro.

O crescimento do PIB (Produto Interno Bruto) em 2011 ficou em 2,7%, segundo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), inferior ao previsto no último Relatório de Inflação divulgado pelo Banco Central de 3%. Os principais influenciadores desta redução do crescimento foram a indústria de transformação e a desaceleração generalizada observada nos serviços. Cabe ressaltar, também, a desaceleração do consumo das famílias, da Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF) e da contribuição do setor externo. O PIB da construção civil encerrou 2011 com crescimento de 3,6%.

Para 2012, a taxa de crescimento do PIB projetada é de 3,5%, com destaque para a construção civil, com expectativa de crescimento de 4,8%, justificado pelas obras do governo e pela expansão do crédito imobiliário.

A continuidade das obras governamentais, como o PAC e Minha Casa Minha Vida, da expansão de crédito imobiliário, além de investimentos para viabilização dos megaeventos - Copa 2014 e Olimpíadas 2016 - e das obras complementares por eles demandadas favorecerá a construção civil, a qual gerará mais posto de trabalho, aumento de renda, aumento do poder aquisitivo e contribuirá positivamente a Eternit, segmento este na qual está inserida.

ASPECTOS OPERACIONAIS E FINANCEIROS

Durante o ano de 2011, a Eternit apresentou crescimento superior ao setor que teve uma ligeira redução por materiais de construção. A companhia encerrou o ano de 2011 operando em plena capacidade na mineração do crisotila, em torno de 85% na linha de fibrocimento e por volta de 70% na produção de telhas de concreto.

As atuais capacidades de produção das empresas do Grupo Eternit estão em torno de 300 mil toneladas na mineradora, 1 milhão de toneladas no fibrocimento e 8 milhões de metros quadrados nas telhas de concreto. Após os investimentos anunciados em agosto de 2011, a capacidade da Tégula atingirá 10 milhões de metros quadrados para o ano de 2012.

Desta forma, a Eternit consolida a primeira fase do Programa de Expansão e Diversificação como a maior e mais diversificada indústria de coberturas do País, encerrando 2011 com aproximadamente 20% do seu faturamento ligado a diversificação.

VOLUME VENDIDO

Mineral Crisotila

Limitado à sua capacidade de produção, as vendas do mineral, no ano de 2011, totalizou 296,7 mil toneladas, uma redução de 3,2% quando comparado a 2010 devido a redução dos níveis de estoques de segurança em 2010, o que proporcionou uma volume de vendas maior.

As vendas para o mercado interno atingiram 162,5 mil toneladas, em linha com 2010, enquanto o volume vendido para o mercado externo foi de 134,2 mil toneladas, uma retração de 6,0%, em função da distribuição de vendas entre mercados.

Devido às dificuldades operacionais por parte da mineradora Canadense, a mineradora SAMA encerra o ano de 2011 com uma participação mundial no mercado de crisotila com 15%, 1 ponto percentual maior em relação a 2010.

Fibrocimento

Em 2011 o volume vendido atingiu 859,3 mil toneladas, um crescimento de 3,9% quando comparado ao mesmo período do ano anterior. A manutenção política de crédito, do poder aquisitivo e da diminuição nas taxas de desemprego contribuiu para este leve crescimento.

Na comparação com o ano de 2010, a Eternit ganhou 1 ponto percentual na participação no mercado brasileiro de fibrocimento e encerrou o ano com 32%, mantendo assim sua liderança no setor.

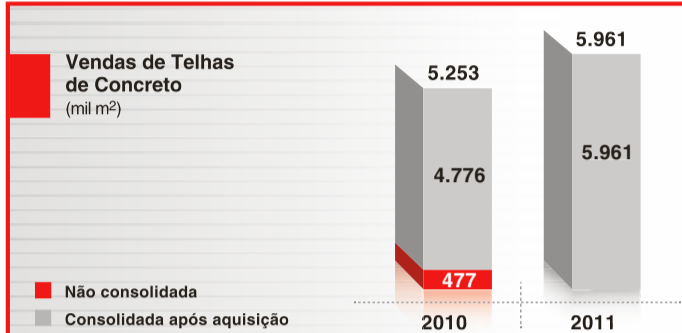
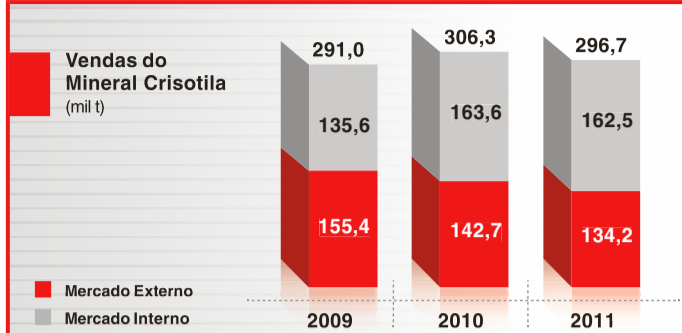
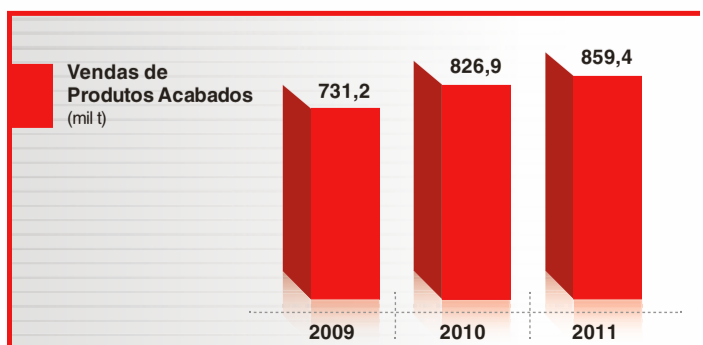
Telhas de Concreto

Em 2011 o volume vendido de telhas de concreto veio num ritmo crescente e acumularam 5,9 milhões metros quadrados, com alta de 13,6% em relação ao ano de 2010. Vale ressaltar que em linha com o Programa de Expansão e diversificação da Companhia, a Tégula foi adquirida em fevereiro de 2010.

Assim como no fibrocimento, a Tégula também mantém sua liderança no mercado brasileiro de telhas de concreto e encerra o ano de 2011 com market-share de 35%.

Outros Produtos

Os volumes vendidos de outros produtos (componentes para sistemas construtivos, caixas de polietileno, telhas metálicas, louças, assentos sanitários, filtros para tubulações de água e mármore sintético), representaram 7,5% da receita líquida consolidada em 2011. Esta evolução é resultado da eficiência logística e da confiança dos consumidores nos novos produtos da marca Eternit.

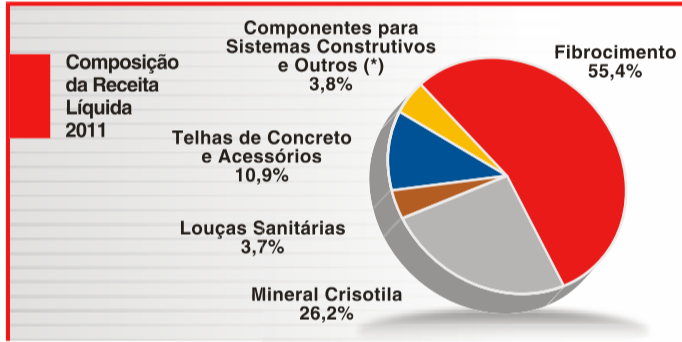
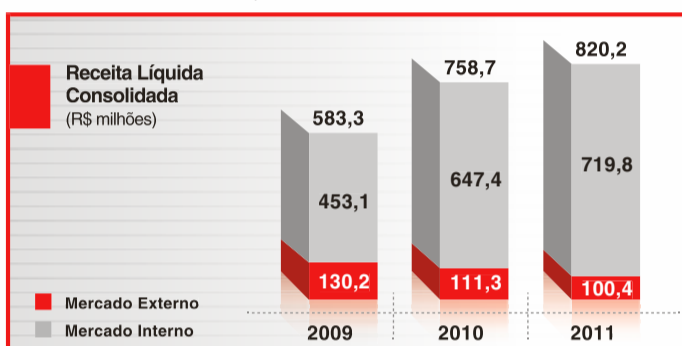


DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

RECEITA LÍQUIDA CONSOLIDADA

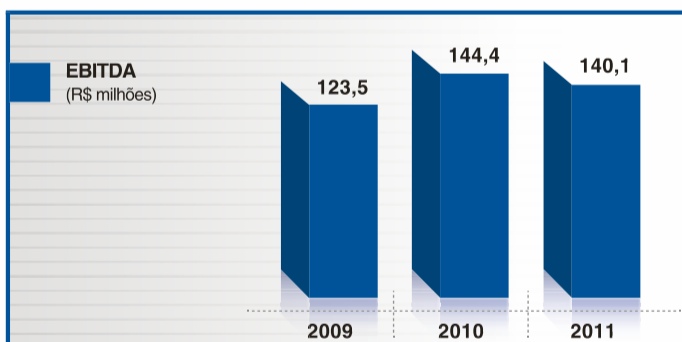
No ano de 2011 a receita líquida consolidada registrou R\$ 820,2 milhões, 8,1% superior ao registrado no ano de 2010. Este bom desempenho reflete um aumento de 11,2% nas vendas no mercado interno que totalizaram R\$ 719,9 milhões, principalmente em função de recuperação de preços além do aumento de volume em alguns segmentos. As exportações somaram R\$ 100,4 milhões e foram 9,8% inferiores às de 2010 em função da desvalorização cambial que foi minimizada pelos aumentos de preço em dólar.

Como destaque a receita líquida proveniente de telhas de concreto e acessórios, que registrou forte crescimento - 31,9% em relação a 2010, totalizando R\$ 89,5 milhões. A Tégula foi adquirida em fevereiro de 2010 e teve sua capacidade aumentada em 60% no final de 2011.



EBITDA

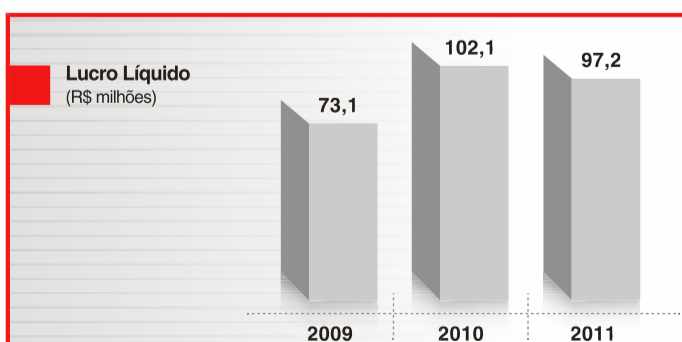
O EBITDA consolidado (lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização) de 2011 totalizou R\$ 140,1 milhões, 2,9% inferior ao do mesmo período de 2010, e obteve margem de 18%, uma redução de 2 p.p. em função do crescimento do somatório dos custos dos produtos vendidos e despesas operacionais serem maiores do que a receita líquida consolidada, principalmente no primeiro semestre do ano, onde a desvalorização cambial impactou negativamente as exportações.



Reconciliação do EBITDA Consolidado (R\$ mil)	2009	2010	2011
Lucro operacional	104.635	133.384	131.140
Resultado financeiro líquido	872	(9.724)	(13.839)
Despesas financeiras	19.236	22.676	29.820
Receitas financeiras	(18.364)	(32.400)	(43.659)
Depreciação e amortização	17.991	18.154	22.806
Realização do ágio - mais valia nos estoques	-	2.539	-
EBITDA	123.498	144.353	140.107

LUCRO LÍQUIDO

Em 2011, o lucro líquido somou R\$ 97,2 milhões, 4,8% inferior ao registrado em 2010. Cabe ressaltar que em 2010, o lucro líquido, no 4T10, foi impactado positivamente pela substituição do imposto de renda e contribuição social diferidos da controlada SAMA, em função de prejuízos fiscais acumulados em exercícios anteriores. Portanto, se expurgarmos os R\$ 10,3 milhões decorrentes deste diferimento, o lucro líquido da Eternit no ano de 2011 é 5,9% superior ao de 2010.



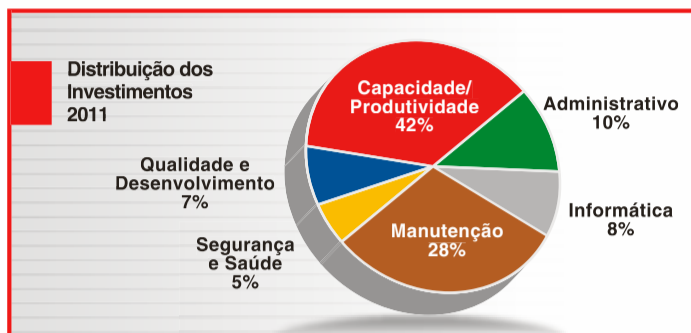
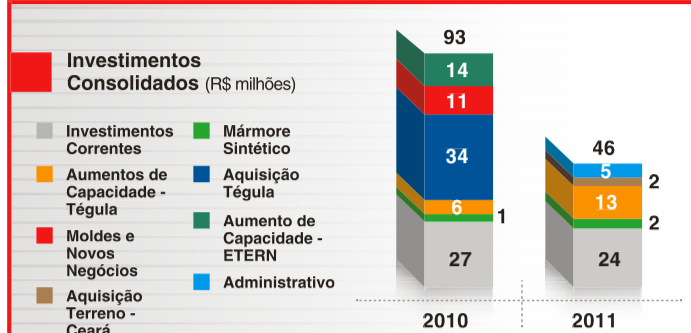
ENDIVIDAMENTO

A Eternit encontra-se numa posição financeira bastante confortável, seu caixa líquido em dezembro de 2011 somava R\$ 20,5 milhões. No final de 2011 a dívida bruta, em função da antecipação dos contratos de câmbio das exportações da controlada SAMA, somaram R\$ 48,4 milhões e as aplicações financeiras e disponibilidades totalizaram R\$ 68,9 milhões.

Faz-se necessário ressaltar que a Companhia não possui operações alavancadas com derivativos de qualquer espécie que possam significar posições especulativas.

INVESTIMENTOS

Em 2011 os investimentos totalizaram R\$ 46,4 milhões, dos quais R\$ 13,0 milhões se destinaram ao aumento de capacidade da controlada Tégula; R\$ 2,0 milhões, à instalação da linha de produção para mármore sintético; R\$ 2,0 milhões, à aquisição do terreno para a construção da fábrica multiprodutos a ser instalada no Porto de Pecém, Estado do Ceará; R\$ 5,0 milhões, à área administrativa, e os demais R\$ 24,4 milhões, à manutenção do parque industrial do Grupo Eternit.



Em 20 de outubro de 2011, a Eternit anunciou ao mercado o início do projeto de instalação da sua 12ª fábrica no Distrito Industrial do Porto de Pecém, Município de Caucaia, Estado do Ceará.

A primeira unidade industrial deste projeto, aprovada em reunião extraordinária do conselho de administração realizada em 19 de outubro de 2011, tem como objetivo a produção de louças sanitárias. Este investimento será realizado através de uma "Joint-Venture" entre Eternit S.A. (Eternit) e Organizações Corona S.A. (Corona), multinacional colombiana, um dos maiores produtores mundiais de louças sanitárias, com experiência de mais de 130 anos, com um parque industrial diversificado de 17 fábricas na Colômbia e 2 nos Estados Unidos.

Sob a denominação de "Companhia Sulamericana de Cerâmica S.A.", a "Joint-Venture" terá a participação acionária de 60% da Eternit e 40% da Corona.

Esta é uma aliança estratégica para desenvolver conjuntamente o negócio de produção e comercialização de louças sanitárias, onde a Corona contribuirá com seu know-how de desenvolvimento e produção, e a Eternit com seu conhecimento do mercado, eficiência logística e uma rede de distribuição de mais de 15 mil pontos de vendas.

Esta unidade industrial contará com capacidade inicial de 1.500.000 peças/ano e investimentos previstos na ordem de R\$ 97 milhões, para os quais a Companhia utilizará preferencialmente recursos de terceiros. O prazo para conclusão será de 18 meses após o início das obras, previstas para o primeiro semestre de 2012.

Esta será a primeira fábrica a entrar em operação. Os demais investimentos nesta unidade multiprodutos serão realizados a médio e longo prazo.

Em 08 de fevereiro de 2012, o Conselho Administrativo de Desenvolvimento Econômico - CADE aprovou a Joint-Venture entre as empresas.

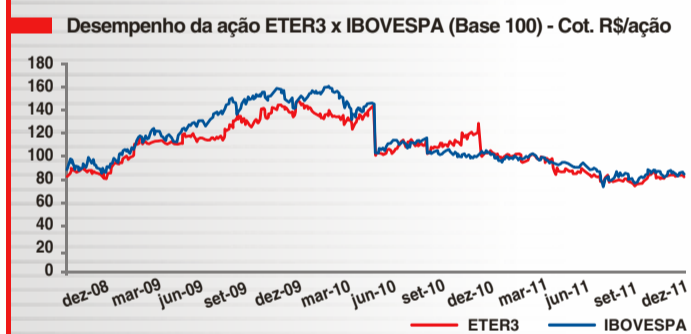
VALOR ADICIONADO

	2009	2010	2011
VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR	322.778	430.688	462.136
Pessoal	105.644	150.208	158.710
Impostos, taxas e contribuições	116.937	151.060	170.303
Remuneração de Capitais de Terceiros	27.078	27.335	35.930
Remuneração de Capitais Próprios	73.119	102.085	97.193
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	322.778	430.688	462.136

MERCADO DE CAPITAIS

Até o fim de 2011 as ações da Eternit (ETER3) estavam cotadas a R\$ 8,90, uma desvalorização de 25,8% se comparada à cotação do final de 2010. No mesmo período o IBOVESPA fechou com 56.754 pontos, queda de 18,1%. Em 31 de dezembro de 2011, o valor de mercado da Eternit era de R\$ 796,6 milhões.

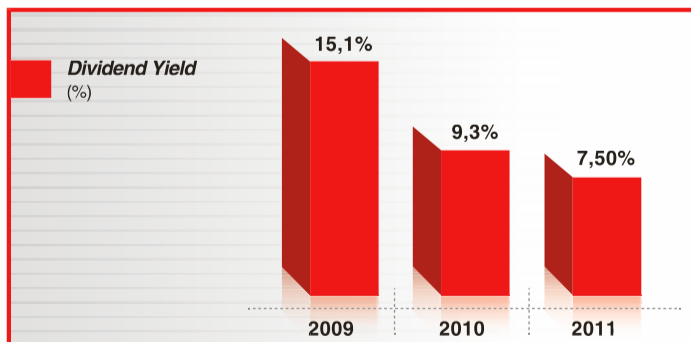
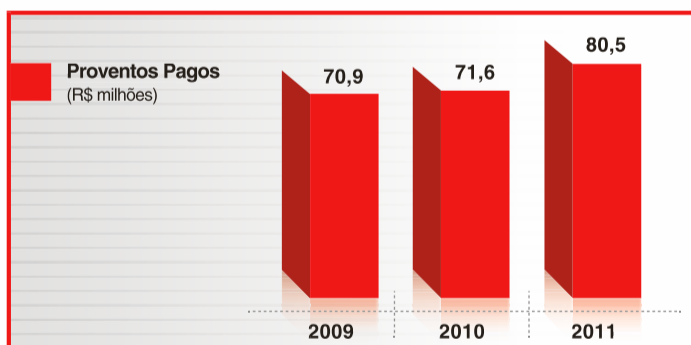
Considerando o pagamento de dividendos e juros sobre o capital próprio, a ações tiveram variação negativa de 21,3% no período de 2010 e 2011. Se considerarmos os últimos três anos (2009 a 2011) a valorização é de 23,6%.



REMUNERAÇÃO AOS ACIONISTAS

Em 2011, o total de proventos pagos somou R\$ 80,5 milhões, que representa um dividend yield de 7,5%. A Eternit continua sendo uma das empresas com maior índice de retorno aos seus acionistas, dentre as companhias de capital aberto no Brasil e com as poucas companhias que concilia crescimento com dividendos. Desde 2009 o montante pago entre dividendos e juros sobre o capital próprio foi de R\$ 225,8 milhões.

A Eternit encerra o ano de 2011 com payout de 73,68%. A empresa procura conciliar a sua política de remuneração aos seus acionistas com o seu plano de expansão e diversificação.



GOVERNANÇA CORPORATIVA

Consciente do valor da transparência e da equidade no relacionamento com todas as partes interessadas (stakeholders), a Eternit tem suas ações listadas no Novo Mercado da BM&FBOVESPA. Este é um segmento de listagem destinado à negociação de ações emitidas por companhias que se comprometam, voluntariamente, com a adoção das práticas de Governança Corporativa adicionais às previstas na legislação.

Em linha com essas práticas de comunicação e transparência, a Eternit informa que em 31 de dezembro de 2011, seus diretores detinham 1,62%, das ações da Companhia.

De acordo com o Guia das Melhores Práticas de Governança Corporativa do Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC), as Companhias de capital aberto devem procurar facilitar a participação dos acionistas na assembleia, inclusive por meio de procuração, e pode fazer uso de tecnologias tais como assinatura eletrônica e certificação digital. Neste sentido, a Eternit implantou em 2010, a plataforma eletrônica da Assembleia na Web, com o objetivo de facilitar a participação dos acionistas nas assembleias da Eternit através da outorga de procuração.

A Eternit tem acionistas em todos os estados brasileiros, mais da metade fora do Estado de São Paulo, e nem sempre estes acionistas conseguem participar das assembleias. Dessa forma, a partir da próxima Assembleia Geral Ordinária (AGO), que ocorrerá no dia 13 de abril de 2012, os acionistas terão esta facilidade e poderão, através de procuração eletrônica, deliberar sobre as matérias em discussão das assembleias.

Para fazer o cadastro e solicitar o certificado digital, acesse www.eternit.com.br/ri ou www.assembleianaweb.com.br. Participe, esta é mais uma iniciativa da Eternit para o aperfeiçoamento de suas boas práticas de Governança Corporativa.

CONSELHO CONSULTIVO

Na Assembleia Geral Ordinária de abril de 2011, entrou em funcionamento o Conselho Consultivo, cujos cargos estavam vagos. O Conselho consultivo é um órgão de apoio ao Conselho de Administração, cuja principal responsabilidade é opinar sobre os problemas importantes da Eternit. O mandato dos membros do Conselho Consultivo é de um ano com possibilidade de reeleição em Assembleia Geral Ordinária. O Conselho de Consultivo será consultado pelo Conselho de Administração ou pela Diretoria sempre que for reputado conveniente.



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO DE 2011

RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL

Programa Portas Abertas

Em novembro de 2004, a Eternit lançou o Programa Portas Abertas, com o objetivo de contribuir para o melhor entendimento da sociedade a respeito da extração e do beneficiamento do mineral crisotila e da fabricação dos produtos de fibrocimento de forma sustentável. O programa consiste na realização de visitas às cinco unidades produtivas do Grupo - Anápolis (GO), Colombo (PR), Goiânia (GO), Rio de Janeiro (RJ) e Simões Filho (BA) - e também à mineradora SAMA, localizada em Minaçu, norte do Estado de Goiás. Desde sua implantação, o programa recebeu mais de 50 mil visitantes.

Para agendar uma visita, verifique a unidade mais próxima e envie uma mensagem aos endereços eletrônicos disponíveis no site da Eternit.

Tratamento dos resíduos

A Eternit trabalha com a política de rejeito zero, ou seja, consumo integral dos materiais, inclusive das embalagens. Nas unidades produtivas de fibrocimento, os materiais provenientes de quebras são moídos e novamente aproveitados na mistura, não havendo geração de resíduo industrial. Os produtos não conformes são reaproveitados no processo e reutiliza-se até o papel de escritório na fabricação de telhas. A água também não sai das instalações da fábrica, sendo mantida em circuito fechado e, portanto, retida e reutilizada na operação fabril. Já a água usada na área administrativa também é tratada e reutilizada para irrigação de jardins. Algumas unidades também aproveitam a água das chuvas.

A exceção são as borras oleosas, feltros, mangueiras, pneus e sucatas metálicas, que são destinados a empresas especializadas de descarte. Outros materiais são reciclados pelo programa RECICLANIT, que, desde 2006, mantém nas fábricas coletores de materiais recicláveis que são destinados a cooperativas ou empresas de reciclagem. Na SAMA, esse projeto está sob responsabilidade do projeto Sambaíba, alinhado ao conceito dos 3 Rs - Reduzir, Reutilizar e Reciclar.

Para manter a melhoria contínua, a Eternit estabelece constantemente metas e programas para diminuir o impacto ao meio ambiente. Além disso, a mineradora deposita os rejeitos e o estéril decorrentes do processo de extração em bancas - áreas que, quando em situação final de deposição, são recuperadas com o plantio das mais diversas espécies do cerrado. Em 44 anos de atividade, foram revegetados mais de 1.037 mil m².

Biodiversidade - Manutenção de áreas verdes

Nenhuma das atividades do Grupo Eternit afeta as espécies presentes na Lista Vermelha da IUCN (International Union for Conservation of Nature). Adicionalmente, o Grupo preserva e mantém reservas ambientais nas unidades fabris de Colombo (PR), Simões Filho (BA) e Alibaia (SP), bem como na SAMA. A fábrica de Colombo ocupa 58.377 m² da APA (Área de Preservação Ambiental) - unidades de conservação instituídas pelo poder público) do Irai, que se estende por 115 km², em áreas de cinco municípios. Incrustada em parte da Serra do Mar, essa APA possui nas regiões planas a área de transição entre as florestas Ombrófila Mista, também conhecida como floresta de Araucária, e Ombrófila Densa, abrangendo um dos últimos remanescentes de campos de várzea.

A fábrica de Simões Filho está inserida na APA - Joanes/Ipitanga, na região da Sub-Bacia Hidrográfica do Rio Itamboá, considerada importante fonte para o abastecimento de água da Região Metropolitana de Salvador. Trata-se de uma das principais áreas de proteção do Recôncavo Norte Baiano, caracterizada pelo clima quente-úmido e belas praias associadas às dunas com vegetação de restinga. Há, ainda, manguezais ricos em biodiversidade no estuário do Rio Joanes, além de remanescentes de Mata Atlântica e avifauna representativa. A área da fábrica possui 854 mil m² de reserva ambiental preservada que inclui a área construída.

A fábrica de Alibaia, da Tégula, também está inserida em área de preservação ambiental, com uma extensão total de 4.881 m², às margens do Ribeirão Ponte Alta. Essa área é composta por aproximadamente 20% de vegetação nativa e o restante em vegetação rasteira e capim.

Na SAMA, cerca de 80% dos 4,5 mil hectares da área sob tutela é mantida como reserva florestal, localizada na Serra de Cana Brava, em Minaçu (GO). A mineradora mantém no local Criadouro Conservacionista de Quelônios, tido como habitat protegido e regulamentado pelo IBAMA.

Capacitação da Comunidade

Visando o desenvolvimento das comunidades adjacentes, a SAMA, controlada da Eternit desenvolve o programa Sambaíba, que insere jovens carentes - incluindo portadores de deficiência auditiva - na vida profissional por meio de cursos de artesanato com cunho ambiental, pois têm como matérias-primas as rochas estéréis extraídas da mina, papel reciclado e fibras de bananeiras.

A Eternit apoia ainda ações assistenciais com foco nas comunidades em que está inserida. Anualmente, as unidades da Companhia selecionam entidades próximas para doar produtos, alimentos e brinquedos e, em alguns casos, contribuições financeiras. A empresa também incentiva a prática do voluntariado entre seus colaboradores.

MINERAL CRISOTILA OU AMIANTO CRISOTILA

Questão Jurídica

A Companhia esclarece que a extração, industrialização, utilização, comercialização e transporte do Mineral crisotila e dos produtos que o contêm são regulamentadas pela Lei Federal nº 9.055/95 - Decreto nº 2.350/97 e Normas Regulamentadoras do Ministério do Trabalho e Emprego. A competência para legislar sobre minerais é da União conforme preceitos constitucionais.

Neste sentido, em passado recente, Leis contrárias ao amianto aprovadas e sancionadas pelos Estados de Mato Grosso do Sul e São Paulo foram consideradas inconstitucionais pelo STF - Supremo Tribunal Federal. Recentemente, o Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul também decidiu pela inconstitucionalidade de Lei de mesmo teor, que havia sido aprovada e sancionada pelo Estado, por invadir competência federal.

Apesar desta decisão do STF, os Estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Pernambuco e Mato Grosso aprovaram e sancionaram leis com a finalidade de proibir o uso de amianto e dos produtos que o contêm. Com exceção do Mato Grosso, publicada recentemente e ainda não regulamentada, estas Leis estão sendo questionadas no STF, através de Ações Diretas de Inconstitucionalidade.

Atualmente, estão suspensas por força de liminares as leis dos Estados do Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul. No que diz respeito, a Lei do Estado de São Paulo, a Companhia esclarece que no dia 04 de junho de 2008, o plenário do Supremo Tribunal Federal (STF) apenas revogou a liminar concedida em 20 de dezembro de 2007 contra a lei paulista, pendente, portanto, de julgamento do mérito.

Além disso, tramita na Assembleia Legislativa de São Paulo, o projeto de Lei, nº 917/2009, que visa suspender os efeitos da atual Lei criando regras de transição para a sua aplicação. O projeto já recebeu emendas e está pronto para ser votado.

Por fim, é importante destacar que o mérito das ações citadas ainda não foi julgado, o que as colocam sub-judice e, portanto, a proibição ainda não é definitiva. No entanto, devemos aguardar a decisão do Supremo Tribunal Federal, que até o presente momento não se manifestou.

No dia 29 de setembro de 2011, o Supremo Tribunal Federal (STF), julgou favoravelmente o pedido de liminar em que a Associação Nacional do Transporte de Cargas e Logística questiona, através da ADPF 234/11, a Lei Estadual nº 12.684/2007, que proíbe o transporte do amianto crisotila e de produtos que contêm o mineral no Estado de São Paulo.

Com isso, as empresas de cargas e logística podem voltar a trafegar pelas rodovias do Estado de São Paulo, transportando o amianto crisotila e produtos que o contêm quando destinados a outro Estado da Federação, bem como para a exportação.

Apresentamos abaixo o resultado das duas principais pesquisas técnicas e científicas a cerca do mineral crisotila.

Pesquisa Científica

Foi concluída uma importante pesquisa no Brasil conduzida por médicos ligados a importantes universidades brasileiras e do exterior, de renome, cujo objetivo, conforme projeto coordenado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq é responder como está a saúde da população que utiliza telhas de fibrocimento e de trabalhadores na mineração.

O resultado da pesquisa, divulgado em 25 de novembro de 2010, comprova que, em relação às avaliações da amostra dos moradores estudados, não foram encontradas alterações clínicas, funcionais respiratórias e tomográficas de alta resolução, passíveis de atribuição à inalação ambiental às fibras de asbesto.

Na avaliação ocupacional, não se identificou novas alterações nem progressão do comprometimento pleural ou intersticial nos indivíduos do Grupo exposto após 1980, que fizeram Tomografia Computadorizada de Alta Resolução - TCAR nos dois estudos. A íntegra desta pesquisa está disponível em <http://www.sectec.gov.br>.

Pesquisa FGV

Por solicitação da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo - FIESP, a Fundação Getúlio Vargas - FGV realizou uma pesquisa sobre o papel dos produtos de amianto na cadeia da construção civil. Este trabalho tem como objetivo dimensionar a importância dos produtos da cadeia produtiva do Mineral crisotila na construção civil, tanto na sua dimensão de renda e emprego como em seu papel na estrutura concorrencial e na formação de preços do setor. A íntegra desta pesquisa encontra-se disponível no site da Eternit.

Diante deste quadro, a Eternit reafirma sua convicção de que seus produtos são seguros para a população e que a realização de gestão sustentável em suas unidades não coloca em riscos a saúde de seus colaboradores e entende que o Supremo Tribunal Federal irá considerar as evidências técnicas e científicas para julgamento de mérito da questão, não sendo suscetível a pressões de grupos favoráveis ao banimento do mineral crisotila com base na experiência europeia que utilizou o outro tipo de amianto (amianto anfíbio) sem os cuidados necessários, principalmente sob a forma de jateamento.

Esclarecimentos Adicionais

Abaixo a íntegra dos esclarecimentos que foram publicados, como Fato Relevante, nos principais meios de comunicação, jornais e revistas, do país, nos dias 17, 18, 23, 24 e 25 de fevereiro de 2012. O Grupo Eternit Brasileiro, diante das recentes notícias sobre o julgamento realizado pelo tribunal de justiça da Itália, em que dois ex-diretores da Eternit Italiana foram responsabilizados por mortes atribuídas ao uso de amianto em suas fábricas, esclarece que:

- A Eternit S.A., é uma empresa nacional de capital aberto, listada no Novo Mercado, nível máximo de Governança Corporativa da BM&FBOVESPA, e não tem nenhuma relação com a Eternit de outros países, inclusive da Itália. A propriedade e uso da marca se dão de forma distinta por diferentes empresas em diversos países.
- No Brasil, a Eternit utiliza o amianto crisotila como fibra de reforço para produção de telhas de fibrocimento fazendo uso de modernas técnicas de produção. A Itália utilizou vários tipos de amianto, principalmente o anfíbio, para diversas aplicações e sem proteção dos trabalhadores.
- A atividade no Brasil é regulamentada pela Lei Federal nº 9.055/95, Decreto nº 2.350/97 e Normas Regulamentadoras do Ministério do Trabalho e Emprego, que disciplina a extração, industrialização, utilização, comercialização e transporte do amianto crisotila e dos produtos que o contêm, proporcionando à população brasileira produtos duráveis e de excelente qualidade e custo benefício; contribuindo de forma significativa para redução do déficit habitacional brasileiro.
- A disputa de mercado no segmento de fibrocimento, entre a Eternit S.A., e um grupo francês que também atua no Brasil fabricando e utilizando fibras sintéticas, levou alguns estados brasileiros, principalmente onde estão localizadas suas fábricas, a aprovar leis contra o amianto. Cabe ressaltar que a validade destas leis aguarda julgamento de mérito por parte do Supremo Tribunal Federal.
- A extração e beneficiamento do amianto crisotila por sua controlada SAMA, bem como a utilização do mineral nas fábricas da Eternit, seguem rígidos padrões de segurança que superam as exigências legais. Com o aprimoramento das técnicas de produção e aperfeiçoamento dos mecanismos de proteção ao trabalhador, nenhum caso de doença relacionada ao uso do amianto crisotila foi registrado entre os colaboradores admitidos no Grupo a partir dos anos 80. Acordo tripartite, assinado, desde 1989, entre as empresas da cadeia produtiva, trabalhadores, entidades de representação de classe e depositado no Ministério do Trabalho e Emprego, foi decisivo para consolidar esta conquista.
- O uso de produtos de fibrocimento, caixas d'água e telhas, com amianto crisotila não oferece riscos à saúde da população. Não há registro no Brasil de nenhum caso de morador que tenha desenvolvido doença em razão de residir nas mais de 25 milhões de habitações cobertas com telhas de fibrocimento contendo amianto. O fato é comprovado por pesquisa nacional, realizada por renomada equipe médica ligada às principais universidades brasileiras, cujos projeto e relatório final foram aprovados pelo CNPq, e está disponível no site <http://www.sectec.gov.br/portal/>

O Grupo Eternit atua com total transparência e mantém o "Programa Portas Abertas", que já recebeu mais de 50 mil visitantes em suas unidades, permitindo o acesso a toda população que desejar conhecer a segurança nos processos de mineração e fabricação de produtos com amianto crisotila.

PRÊMIOS E CONQUISTAS

Durante 2011 a Eternit conquistou alguns importantes prêmios. Estes reconhecimentos consolidam a cada dia a força de sua marca e sua excelência em governança corporativa.

- Melhor Programa de Relações com Investidores para Investidores Individuais, recebendo também a menção honrosa para Relação com Investidores entre os cinco melhores do País ambos na categoria small&mid-cap concedidos pela entidade IR MAGAZINE BRAZIL;
 - Melhor Governança Corporativa da América Latina, concedida pela entidade IR Global Ranking;
 - Melhor Relatório Anual Online, concedida pela entidade IR Global Ranking;
 - Premio Anônimo, na categoria Máster em Telha de Fibrocimento, concedida pela entidade Anamaco;
 - 1º lugar - 18º Ranking de Conceito e Imagem da Indústria - Troféu Ruy Ohtake na categoria Telha de Fibrocimento, concedida pela entidade Grupo Revenda;
 - 3º lugar - 18º Ranking de Conceito e Imagem da Indústria - Troféu Ruy Ohtake na categoria Caixa d'água de Polietileno, concedida pela entidade Grupo Revenda;
 - 1º lugar - 17º Prêmio PINI, na categoria de Telhas de Fibrocimento e Telha Termoisolante, concedida pela entidade Editora Pini;
- Assim como a Eternit a SAMA Minerações Associadas conquistou prêmios em 2011 conforme demonstra a relação abaixo.
- Posicionamento entre as 100 Melhores Empresas para se Trabalhar no Brasil, concedida pela entidade Revista Época;
 - Posicionamento entre as 150 Melhores Empresas para você Trabalhar, concedida pela Revista Exame;
 - Posicionamento entre as 100 Melhores Empresas para Trabalhar, concedida pela Revista Valor Carreira/ Hay Group;
 - 14º Top of Mind Estadão de RH, concedido pelo Jornal Estadão;
 - 1º lugar - Prêmio Ser Humano, nas categorias de Melhores Práticas em Gestão de Pessoas e Melhores Práticas em Sustentabilidade e Responsabilidade Social, ambas concedidas pela ABRH - Associação Brasileira de RH;
 - 4º lugar em Gestão de Pessoas, concedida pelo Jornal Valor Econômico;
 - Posicionamento entre as 200 Maiores Minas Brasileiras concedida pela Revista Minérios e Metais;
 - Premio Goiás Gestão Ambiental, concedida pela FIEG (Federação das Indústrias do Estado de Goiás);
 - PRÊMIO SESI DE QUALIDADE DE VIDA NO TRABALHO, na categoria empresa de Grande Porte, concedido pelo SESI - Goiás;
 - Premio Internacional Socioambiental Chico Mendes, na categoria Gestão Socioambiental Responsável, concedido pelo Instituto Chico Mendes;

A Tégula também conquistou o prêmio abaixo em 2011:

- 7º lugar Geral na categoria Destaque Empresarial - arrecadação geral e 2º lugar também na categoria Destaque Empresarial - arrecadação indústria ambos concedido pelo ACI/FWE (Associação Comercial e Industrial de Frederico Westphalen - RS).

NOVIDADES

Eternit entra no segmento de Metais Sanitários

Em linha com as iniciativas de diversificação do seu portfólio, a Eternit anunciou em 07 de fevereiro de 2012, a entrada no segmento de metais sanitários.

Com parcerias estratégicas, nacionais e internacionais, a Eternit usará, inicialmente, capacidade de terceiros. A estratégia é análoga ao que fizemos com louças sanitárias, na qual desde o seu lançamento, abril de 2009, o crescimento trimestral médio de vendas está na ordem de 75%, principalmente em função de uma logística diferenciada e uma rede de distribuição de mais de 15 mil pontos de vendas.

O portfólio de metais sanitários da Eternit, do standard ao luxo, seguirá o padrão de qualidade da marca. Inicialmente, a campanha de marketing e a comercialização serão concentradas na região Sudeste, com início em março de 2012.

A entrada neste segmento está em linha com o Programa Estruturado de Expansão e Diversificação da Companhia, que tem por objetivo transformar a Eternit na mais diversificada indústria de materiais de construção do país.

Eternit lança novo website de Relações com Investidores

Seguindo as tendências tecnológicas, a Eternit anunciou ao mercado, em 06 de fevereiro de 2012, o novo site de Relações com Investidores. Com a nova versão, os acionistas, investidores e analistas acessarão com mais facilidade e melhor navegabilidade as informações sobre a Companhia.

Entre as novidades está a possibilidade de o investidor personalizar a página de RI de acordo com sua preferência, ter acesso às redes sociais como Twitter, Youtube, Slideshare e RSS e terá à disposição, entre outras, a ferramenta Calendário Interativo, que possibilita a interação com o Outlook para o recebimento de alertas de eventos na área de mercado de capitais.

Tudo o conteúdo do site foi desenvolvido para torná-lo compatível com programas presentes em diversos tipos de equipamentos, possibilitando o acesso desde smartphones a tablets. O novo site está disponível nas versões português e inglês e o endereço eletrônico é www.eternit.com.br/ri

Para seguir a área de RI da Eternit no twitter é @Eternit_RI. A ampliação dos canais de divulgação e comunicação da Eternit reforça o seu compromisso com as melhores práticas de governança corporativa.

PERSPECTIVAS

O crescimento do PIB (Produto Interno Bruto) em 2011 ficou em 2,7%, segundo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), inferior ao previsto no último relatório de inflação divulgado pelo Banco Central de 3%. Os principais influenciadores desta redução do crescimento foram a indústria de transformação e a desaceleração generalizada observada nos serviços. Cabe ressaltar, também, a desaceleração do consumo das famílias, da Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF) e da contribuição do setor externo. O PIB da construção civil encerrou 2011 com crescimento de 3,6%.

Para 2012, a taxa de crescimento do PIB projetada é de 3,5%, com destaque para a construção civil, com expectativa de crescimento de 4,8%, justificado pelas obras do governo e pela expansão do crédito imobiliário. O Índice ABRAMAT (Associação Brasileira da Indústria de Materiais de Construção), baseado nas vendas internas deflacionadas de materiais de construção, indicou um crescimento de 2,9% em 2011 frente ao do ano passado. A projeção para 2012 aponta um crescimento de 4,5% graças às projeções de vendas no varejo, ao ritmo previsto para as obras do PAC e do MCMV e ao acréscimo de contratações de obras em ano de eleições municipais.

Para 2012, a taxa de crescimento do PIB projetada é de 3,5%, com destaque para a construção civil, com expectativa de crescimento de 5%, justificado pelas obras do governo e pela expansão do crédito imobiliário. De acordo com o relatório de dezembro de 2011 da ABRAMAT, após um primeiro semestre de variações oscilantes referentes ao faturamento de vendas internas, na segunda metade do ano demonstrou apenas variações positivas e com crescimento consecutivo de sete meses. Na comparação com o mês de dezembro de 2010 houve crescimento de 7,4%. As expectativas para os primeiros meses de 2012 tendem a manter o cenário positivo, porém com uma taxa de crescimento menor que a de dezembro.

A Eternit está se preparando para atender a demanda por parte das construtoras, já que a sua distribuição tem sido feita pelas revendas através de mais de 15 mil pontos de venda espalhados em todo o País, o que poderá ser uma grande oportunidade de expansão dos negócios da Companhia.

Com relação à Tégula, empresa adquirida em fevereiro de 2010, sua capacidade de produção foi aumentada em 60% no final de 2011. As telhas de concreto da Tégula, voltadas exclusivamente para as construções de alto padrão, e o lançamento da telha BIG para atender as construções econômicas, têm-se mostrado uma excelente opção para o programa federal Minha Casa Minha Vida, uma vez que desta forma a Tégula oferecerá o seu produto a todas as camadas sociais.

Em outubro de 2011, a Eternit informou o que iniciará o projeto de instalação daquela que será a sua 12ª fábrica, a primeira unidade multiprodutos, a ser instalada no Estado do Ceará. A primeira unidade industrial deste projeto tem como objetivo a produção de louças sanitárias. Este investimento será realizado por meio de uma joint venture entre Eternit S.A. que é 60% de participação acionária, e Organizações Corona S.A. - multinacional colombiana que é um dos maiores produtores mundiais de louças sanitárias, que tem experiência de mais de 130 anos e um parque industrial de 17 fábricas na Colômbia e duas nos Estados Unidos -, que terá 40% de participação acionária.

Esta é uma aliança estratégica para desenvolver conjuntamente o negócio de produção e comercialização de louças sanitárias, no qual a Corona contribuirá com seu know-how de desenvolvimento e produção, e a Eternit, com seu conhecimento do mercado, sua eficiência logística e uma rede de distribuição de mais de 15 mil pontos de venda. A primeira fase da fábrica de Pecém (Ceará) terá início previsto no primeiro semestre de 2012 e o prazo para conclusão será de 18 meses.

Em busca do crescimento orgânico diversificado, a controlada Precon Goiás, em Anápolis, está operando uma planta piloto para produção de mármore sintético, com vendas experimentais na região Centro-Oeste. Trata-se de um segmento promissor e que receberá mais investimentos para sua ampliação, com resultados positivos previstos para 2013.

A Eternit está confiante no crescimento da economia brasileira e, sobretudo, do setor em que está inserida. A partir deste momento, a meta a médio e longo prazo é consolidar a Companhia na mais diversificada indústria de materiais de construção do País, tendo cerca de 50% de seu faturamento ligado à diversificação.

Lembrando que o plano estruturado de expansão e diversificação da Companhia se suporta nas seguintes premissas: Crescimento orgânico, para vender mais do mesmo, crescimento orgânico diversificado, que visa a inclusão de novos produtos ao nosso portfólio e crescimento inorgânico, que são as aquisições.

CÂMARA DE ARBITRAGEM DO MERCADO

Conforme cláusula compromissória constante em seu estatuto social, a Companhia informa que está vinculada na Câmara de Arbitragem do Mercado desde agosto de 2006.

RELACIONAMENTO COM AUDITORES INDEPENDENTES

Em atendimento a Instrução CVM 381/2003, informamos que a Eternit tem como política não contratar os Auditores Independentes em serviços de consultoria que possam gerar conflito de interesse. No decorrer do exercício de 2011 os nossos Auditores Independentes não tiveram nenhum outro contrato de serviços com esta Companhia e suas controladas.

DECLARAÇÃO DA DIRETORIA

Em atendimento ao artigo 25, parágrafo 1º, incisos V e VI, da Instrução CVM 480/2009, a Diretoria declara que revisou, discutiu e concorda com estas Demonstrações Financeiras e com as opiniões expressas no parecer dos Auditores Independentes referente às mesmas.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos aos nossos acionistas, clientes, fornecedores, colaboradores e todos aqueles que contribuíram para o desempenho da Eternit no ano de 2011; e confiamos no comprometimento e dedicação constantes como base para a realização do nosso trabalho, sempre em linha com o desenvolvimento sustentável do País.

São Paulo, 12 de março de 2012.

A Administração

BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 (Em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BR GAAP)		PASSIVOS e PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota explicativa	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
		31/12/11	31/12/10	31/12/11	31/12/10			31/12/11	31/12/10		
ATIVOS											
CIRCULANTES						CIRCULANTES					
Caixa e equivalentes de caixa	4	21.352	15.101	42.333	39.751	Fornecedores	12	20.171	32.523	38.709	41.097
Investimentos temporários	5	26.588	40.900	26.588	40.900	Empréstimos e financiamentos	13	2.744	441	40.553	20.443
Contas a receber	6	72.592	63.889	156.273	135.299	Provisões e encargos sociais	14	14.834	19.638	27.861	34.842
Estoques	7	72.913	73.918	110.483	98.445	Dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar		17.346	27.245	17.346	27.245
Impostos a recuperar	8	5.083	6.303	6.539	8.799	Provisão para benefícios futuros a ex-empregados	16.d	1.645	1.645	2.965	2.835
Partes relacionadas	10	22.864	16.120	-	-	Impostos taxas e contribuições a recolher	15	10.712	9.357	23.454	29.937
Demais contas a receber		2.978	5.606	8.670	16.110	Demais contas a pagar		2.852	3.738	11.697	13.879
Total dos ativos circulantes		224.370	221.837	350.886	339.304	Total dos passivos circulantes		70.304	94.587	162.585	170.278
NÃO CIRCULANTES						NÃO CIRCULANTES					
Depósitos judiciais e incentivos fiscais		5.984	7.020	11.264	11.894	Provisão para benefícios futuros a ex-empregados	16.d	19.492	19.286	26.308	26.570
Impostos a recuperar	8	20.957	22.054	23.600	22.967	Empréstimos e financiamentos	13	1.671	1.071	7.891	3.491
Imposto de renda e contribuição social diferidos	18.b	22.951	23.554	52.370	49.788	Partes relacionadas	10	33.573	24.750	-	-
Partes relacionadas	10	9.314	-	-	-	Provisão para riscos	19	20.085	18.457	46.845	37.966
Demais contas a receber		132	931	1.720	2.532	Impostos, taxas e contribuições a recolher	15	6.698	6.757	6.812	7.017
Investimentos em controladas	9	183.487	175.441	-	-	Imposto de renda e contribuição social diferidos		13	90	13	280
Outros investimentos		8	8	250	250	Remonte da mina	28	-	-	2.773	2.505
Imobilizado	11	119.873	124.999	225.889	209.989	Receitas antecipadas		-	181	-	482
Intangível		2.853	1.811	25.956	24.454	Outras contas a pagar		-	-	602	-
Total dos ativos não circulantes		365.559	355.818	341.049	321.774	Total dos passivos não circulantes		81.532	70.592	91.244	78.311
TOTAL DOS ATIVOS		589.929	577.655	691.935	661.078	PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
						Capital social	17.a	334.251	334.251	334.251	334.251
						Reservas de capital		18.747	18.536	18.747	18.536
						Ações em tesouraria					

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 (Em milhares de reais - R\$, exceto o lucro líquido por ação)

Nota explicativa	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BR GAAP)		
	31/12/11	31/12/10	31/12/11	31/12/10	
Receita operacional líquida	21	465.084	424.316	820.238	758.745
Custos dos produtos vendidos	22	(336.531)	(297.876)	(496.455)	(432.219)
LUCRO BRUTO		128.553	126.440	323.783	326.526
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS					
Despesas com vendas	22	(51.940)	(41.932)	(97.294)	(88.403)
Gerais e administrativas		(34.356)	(42.503)	(84.119)	(89.683)
Remuneração da Administração	10.b	(8.818)	(8.313)	(11.727)	(11.628)
Despesas financeiras	24	(7.205)	(5.023)	(29.820)	(22.676)
Receitas financeiras	24	22.436	14.478	43.659	32.400
Outras despesas operacionais, líquidas	23	(7.866)	(7.228)	(13.342)	(13.152)
Resultado da equivalência patrimonial	9	65.112	76.711	-	-
		(22.637)	(13.810)	(192.643)	(193.142)
LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		105.916	112.630	131.140	133.384
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL					
Correntes	18.a	(8.372)	(8.923)	(37.138)	(43.736)
Diferidos	18.a	(351)	(1.622)	3.191	12.436
		97.193	102.085	97.193	102.084
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		97.193	102.085	97.193	102.084
ATRIBUÍVEL A:					
Participação dos acionistas controladores		97.193	102.085	97.193	102.084
Participações não controladoras		-	-	-	1
		97.193	102.085	97.193	102.085
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO					
LUCRO LÍQUIDO POR AÇÃO - R\$					
Básico	17.f	1,09	1,14	1,09	1,14
Diluído	17.f	1,09	1,14	1,09	1,14

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 (Em milhares de reais - R\$)

Nota explicativa	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	31/12/11	31/12/10	31/12/11	31/12/10
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS				
Lucro líquido do exercício		97.193		102.085
Ajustes para reconciliar o lucro líquido do exercício com o caixa líquido gerado pelas atividades operacionais				
Resultado da equivalência patrimonial	9	(65.112)	(76.711)	-
Depreciação e amortização	11	11.460	9.051	22.806
Realização da mais alta valia nos estoques da Tégula		-	-	2.539
Resultado na baixa de ativos permanentes		5.661	349	5.843
Provisão para créditos de liquidação duvidosa		615	847	409
Provisão para riscos	19	1.628	7.009	8.011
Reversão de (provisão para) perdas diversas		(651)	1.635	(999)
Encargos financeiros, variação monetária e variação cambial		3.199	1.430	115
Rendimento de aplicações financeiras		(3.489)	(4.360)	(3.489)
Realização de despesas antecipadas		290	1.405	481
Realização de receitas antecipadas		(209)	(270)	(1.560)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	18.a	351	1.622	(3.191)
		50.936	44.092	125.619
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO				
Investimentos temporários		17.799	28.860	17.799
Partes relacionadas	10	(9.314)	-	-
Recebimento pela venda de imobilizado		54	730	203
Aquisição da controlada Tégula menos saldo líquido de caixa adquirido		-	-	(34.303)
Adições ao ativo imobilizado e intangível	11	(13.233)	(31.055)	(46.356)
Aumento de capital em controlada - Neptune		-	(41.996)	-
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		(4.694)	(43.461)	(28.354)
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO				
Captação de empréstimo e financiamentos - terceiros		2.464	2.916	147.147
Mútuo com empresa ligada	10	(2.156)	(373)	-
Aumento de capital		-	99	99
Ágio na emissão de ações		-	23	23
Amortização de empréstimos e financiamentos	13	(512)	(4.455)	(123.588)
Pagamento de dividendos e juros sobre o capital próprio		(81.475)	(71.397)	(81.475)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento		(81.679)	(73.187)	(57.916)
AUMENTO (REDUÇÃO) DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		6.251	(42.302)	2.582
AUMENTO (REDUÇÃO) DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA				
No início do exercício	4	15.101	57.403	39.751
No fim do exercício	4	21.352	15.101	42.333
		6.251	(42.302)	2.582

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 (Em milhares de reais - R\$)

Nota explicativa	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	31/12/11	31/12/10	31/12/11	31/12/10
RECEITAS				
Vendas de mercadorias, produtos e serviços	21	628.960	574.610	991.302
Outras receitas		3.478	783	6.454
Receitas relativas à construção de ativos próprios		12	12.245	13.188
Provisão para créditos de liquidação duvidosa		(615)	(847)	(2.253)
Total		631.835	586.791	1.080.020
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS				
Custo das mercadorias vendidas		(300.764)	(295.081)	(389.845)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		(117.570)	(104.333)	(159.859)
Perda/recuperação de valores ativos		(9.363)	(7.710)	(9.363)
Outras doações		(454)	(2.453)	(5.776)
		(428.151)	(409.577)	(635.379)
VALOR ADICIONADO BRUTO		203.684	177.214	444.641
DEPRECIACÃO, AMORTIZAÇÃO E EXAUSTÃO		(11.460)	(9.051)	(22.806)
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA COMPANHIA		192.224	168.163	421.835
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA				
Resultado da equivalência patrimonial	9	65.112	76.711	-
Receitas financeiras	24	22.436	14.478	32.400
Outros		(3.712)	697	(3.358)
		83.836	91.886	40.301
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR		276.060	260.049	462.136
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO		276.060	260.049	462.136
Pessoal:				
Remuneração direta		51.418	46.390	105.313
Benefícios		21.458	25.777	44.490
FGTS		5.011	3.700	8.907
		77.887	75.867	158.710
Impostos, taxas e contribuições:				
Federais		68.323	61.427	122.919
Estaduais		20.616	13.182	46.129
Municipais		857	769	1.255
		89.796	75.378	170.303
Remuneração de capital de terceiros:				
Juros		7.205	5.023	28.300
Aluguéis		3.979	1.696	7.630
		11.184	6.719	35.930
Remuneração de capitais próprios:				
Dividendos	17.b	47.956	58.156	47.956
Juros sobre o capital próprio	17.c	23.620	22.368	23.620
Lucros retidos	17.g	25.617	21.561	25.617
Participações não controladoras		-	-	1
		97.193	102.085	97.193

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando de outra forma indicado)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Eternit S.A. ("Companhia" ou "Eternit"), incorporada no Brasil, com sede na Rua Dr. Fernandes Coelho, 85 - 8º andar, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, constituída em 30 de janeiro de 1940, é uma companhia de capital aberto, sem controlador, registrada no segmento especial do mercado de ações da BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros, denominado Novo Mercado, sob o código de negociação ETER3. Seus acionistas são pessoas físicas e jurídicas, clubes de investimento, fundos de investimento e fundações (vide nota explicativa nº 17).

A Companhia e suas controladas ("Grupo") têm como principal objeto social a industrialização e a comercialização de produtos de fibrocimento, cimento, concreto, gesso e produtos de matéria plástica, bem como outros materiais de construção e respectivos acessórios.

O Grupo está constituído da seguinte forma:

- A Companhia possui quatro fábricas instaladas nos Estados da Bahia, de Goiás, do Paraná e do Rio de Janeiro.
- A controlada Precon Goiás Industrial Ltda. ("Precon") possui uma fábrica na cidade de Anápolis, Estado de Goiás, e tem como principal objeto social a industrialização e comercialização de produtos e artefatos de fibrocimento.
- A controlada Tégula Soluções para Telhados Ltda. ("Tégula") possui seis fábricas, instaladas nos Estados da Bahia, de Goiás, do Rio Grande do Sul, de Santa Catarina e de São Paulo, e tem como atividade principal a industrialização e comercialização de telhas de concreto e acessórios.
- A controlada Sama S.A. Minerações Associadas ("Sama"), sociedade anônima de capital fechado, localizada na cidade de Minaçu, Estado de Goiás, é a única mineradora de crisólita do Brasil e tem como principal objeto social a exploração e o beneficiamento do mineral crisólita, o qual é comercializado nos mercados interno e externo.
- A controlada Engedris Distribuição Ltda. ("Engedris"), localizada na cidade de Minaçu, Estado de Goiás, não possui atividade econômica.
- A controlada Prel Empreendimentos e Participações Ltda. ("Prel"), localizada na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, tem como principal objeto social a participação em empresas industriais e comerciais.
- As controladas Wagner Ltda. ("Wagner") e Wagner da Amazônia Ltda. ("Wagner da Amazônia"), localizadas na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, não possuem atividade econômica.

Os principais produtos industrializados e/ou comercializados pelo Grupo estão descritos na nota explicativa nº 25.

2. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

2.1. Declaração de conformidade e base para preparação

As demonstrações financeiras da Companhia compreendem:

- As demonstrações financeiras consolidadas preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("IFRSs"), emitidas pelo "International Accounting Standards Board - IASB", e as práticas contábeis adotadas no Brasil, identificadas como Consolidado - IFRS e BR GAAP.
- As demonstrações financeiras individuais da controladora preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, identificadas como Controladora - BR GAAP. As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos técnicos e as orientações e interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

As demonstrações financeiras individuais apresentam a avaliação dos investimentos em controladas, em empreendimentos controlados em conjunto e coligadas pelo método da equivalência patrimonial, de acordo com a legislação brasileira vigente. Dessa forma, essas demonstrações financeiras individuais não são consideradas em conformidade com as IFRSs, que exigem a avaliação desses investimentos nas demonstrações separadas da controladora pelo seu valor justo ou pelo custo de aquisição.

Como não existe diferença entre o patrimônio líquido consolidado e o resultado consolidado atribuíveis aos acionistas da controladora, constantes nas demonstrações financeiras consolidadas preparadas de acordo com as IFRSs e as práticas contábeis adotadas no Brasil, e o patrimônio líquido e o resultado da controladora, constantes nas demonstrações financeiras individuais preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, a Companhia optou por apresentar essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas em um único conjunto, lado a lado.

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

As principais práticas contábeis aplicadas na preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão definidas a seguir. Essas práticas foram aplicadas de modo consistente no exercício anterior apresentado, salvo disposição em contrário.

2.2. Bases de consolidação e investimentos em controladas

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da Companhia e de suas controladas. O controle é obtido quando a Companhia tem o poder de controlar as políticas financeiras e operacionais de uma entidade para auferir benefícios de suas atividades. Nas demonstrações financeiras individuais da Companhia as informações financeiras das controladas são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial.

Os resultados das controladas adquiridas ou alienadas durante o exercício estão incluídos nas demonstrações consolidadas do resultado a partir da data da efetiva aquisição até a data da efetiva alienação, conforme aplicável.

Quando necessário, as demonstrações financeiras das controladas são ajustadas para adequar suas práticas contábeis àquelas estabelecidas pelo Grupo. Todas as transações, saldos, receitas e despesas entre as Empresas do Grupo são eliminadas integralmente nas demonstrações financeiras consolidadas.

2.3. Mudanças nas participações do Grupo em controladas existentes

Nas demonstrações financeiras consolidadas, as mudanças nas participações do Grupo em controladas que não resultem em perda do controle do Grupo sobre as controladas são registradas como transações de capital. Os saldos contábeis das participações do Grupo e de não controladores são ajustados para refletir mudanças em suas respectivas participações nas controladas. A diferença entre o valor com base no qual as participações não controladoras são ajustadas e o valor justo das considerações pagas ou recebidas é registrada diretamente no patrimônio líquido e atribuída aos proprietários da Companhia.

2.4. Apuração do resultado

A receita é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de devoluções, descontos comerciais e/ou bonificações concedidos ao comprador e outras deduções similares.

2.3.1. Venda de produtos

A receita de venda de produtos é reconhecida quando todas as seguintes condições forem satisfetidas:

- O Grupo transferiu ao comprador os riscos e benefícios significativos relacionados à propriedade dos produtos;
- O Grupo não mantém envolvimento contínuo na gestão dos produtos vendidos em grau normalmente associado à propriedade nem controle efetivo sobre tais produtos;
- O valor da receita pode ser mensurado com confiabilidade;
- É provável que os benefícios econômicos associados à transação fluirão para o Grupo; e
- Os custos incorridos ou a serem incorridos relacionados à transação podem ser mensurados com confiabilidade.

Mais especificamente, a receita de venda de produtos é reconhecida quando os produtos são entregues e a titularidade legal é transferida.

2.4. Ágio

O ágio resultante de uma combinação de negócios é demonstrado ao custo na data da combinação do negócio, líquido da perda acumulada no valor recuperável.

Para fins de teste de redução no valor recuperável, o ágio é alocado para cada uma das unidades geradoras de caixa do Grupo (ou grupos de unidades geradoras de caixa) que irão se beneficiar das sinergias da combinação.

As unidades geradoras de caixa às quais o ágio foi alocado são submetidas anualmente a teste de redução no valor recuperável, ou com maior frequência quando houver indicação de que a unidade poderá apresentar redução no valor recuperável. Se o valor recuperável da unidade geradora de caixa for menor que o valor contábil, a perda por redução no valor recuperável é primeiramente alocada para reduzir o valor contábil de qualquer ágio alocado à unidade e, posteriormente, aos outros ativos da unidade, proporcionalmente ao valor contábil de cada um de seus ativos. Qualquer perda por redução no valor recuperável de ágio é reconhecida diretamente no resultado do exercício. A perda por redução no valor recuperável não é revertida em períodos subsequentes.

2.5. Receita de dividendos e juros

A receita de dividendos de investimentos é reconhecida quando o direito do acionista de receber tais dividendos é estabelecido (desde que seja provável que os benefícios econômicos futuros deverão fluir para o Grupo e o valor da receita possa ser mensurado com confiabilidade).

A receita de juros é reconhecida quando for provável que os benefícios econômicos futuros deverão fluir para o Grupo e o valor da receita possa ser mensurado com confiabilidade. A receita de juros é reconhecida pelo método linear com base no tempo e na taxa de juros efetiva sobre o montante do principal em aberto, sendo a taxa de juros efetiva aquela que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados durante a vida estimada do ativo financeiro em relação ao valor contábil líquido inicial desse ativo.

2.6. Moeda estrangeira

Na elaboração das demonstrações financeiras de cada empresa do Grupo, as transações em moeda estrangeira, ou seja, qualquer moeda diferente da moeda funcional de cada empresa, são registradas de acordo com as taxas de câmbio vigentes na data de cada transação. No fim de cada período de relatório, os itens monetários em moeda estrangeira são reconvertidos pelas taxas vigentes no fim do exercício. Os itens não monetários registrados pelo valor justo apurado em moeda estrangeira são reconvertidos pelas taxas vigentes na data em que o valor justo foi determinado. Os itens não monetários que são mensurados pelo custo histórico em uma moeda estrangeira devem ser convertidos, utilizando a taxa vigente da data da transação.

2.7. Custos de empréstimos

Os custos de empréstimos atribuíveis diretamente à aquisição, construção ou produção de ativos qualificáveis, os quais levam, necessariamente, um período de tempo substancial para ficarem prontos para uso ou venda pretendida, são acrescentados ao custo de tais ativos até a data em que estejam prontos para o uso ou a venda pretendida.

Todos os outros custos com empréstimos são reconhecidos no resultado do período em que são incorridos.

2.8. Subvenções governamentais

As subvenções governamentais não são reconhecidas até que exista segurança razoável de que o Grupo irá atender às condições relacionadas e que as subvenções serão recebidas. As subvenções governamentais são reconhecidas sistematicamente no resultado durante os períodos nos quais o Grupo reconhece como despesa os correspondentes custos que as subvenções pretendem compensar.

2.9. Custos de aposentadoria

Os pagamentos a planos de aposentadoria de contribuição definida são reconhecidos como despesa quando os serviços que concedem direito a esses pagamentos são prestados.

2.10. Tributação

A despesa com imposto de renda e contribuição social representa a soma dos impostos correntes e diferidos.

2.10.1. Impostos correntes

A provisão para imposto de renda e contribuição social está baseada no lucro tributável do exercício. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. A provisão para imposto de renda e contribuição social é calculada individualmente por cada empresa do Grupo com base nas alíquotas vigentes no fim do exercício (vide nota explicativa nº 18).

2.10.2. Impostos diferidos

O imposto de renda e a contribuição social ("impostos diferidos") são reconhecidos sobre as diferenças temporárias no fim de cada período de relatório entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais, quando aplicável. Os impostos diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis, e os impostos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, apenas quando for provável que a empresa apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas (vide nota explicativa nº 18).

A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no fim de cada período de relatório e ajustada pelo montante que se espera que seja recuperado.

O imposto de renda e a contribuição social correntes e diferidos são reconhecidos como despesa ou receita no resultado do exercício, exceto quando estão relacionados com itens registrados na rubrica "Outros resultados abrangentes", quando aplicável.

2.11. Imobilizado

Está demonstrado ao valor de custo, deduzido de depreciação e perda por redução ao valor recuperável acumulado, quando aplicável. São registrados como parte dos custos das

imobilizações em andamento os honorários profissionais, e, no caso de ativos qualificáveis, os custos de empréstimos são capitalizados até que os bens estejam concluídos. A depreciação desses ativos inicia-se quando eles estão prontos para o uso pretendido na mesma base dos outros ativos imobilizados.

A depreciação é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo pelo método linear, de modo que o valor do custo menos o seu valor residual após sua vida útil seja integralmente baixado (exceto para terrenos e construções em andamento). A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados no fim de cada período de relatório e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item do imobilizado são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil do ativo e são reconhecidos no resultado.

2.12. Intangível

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando de outra forma indicado)

As interpretações e alterações das normas existentes a seguir foram editadas e estavam em vigor em 31 de dezembro de 2011. Entretanto, não tiveram impactos relevantes sobre as demonstrações financeiras do Grupo:

Norma	Principais exigências	Data de entrada em vigor
Melhorias nas IFRSs - 2010	Alteração de diversos pronunciamentos contábeis.	Aplicável a exercícios com início em ou após 1º de janeiro de 2011.
Alterações à IFRS 1	Isonomia limitada de divulgações comparativas da IFRS 7 para adotantes iniciais.	Aplicável a exercícios com início em ou após 1º de julho de 2010.
Alterações à IAS 24	Divulgações de partes relacionadas.	Aplicável a exercícios com início em ou após 1º de janeiro de 2011.
Alterações à IFRIC 14	Pagamentos antecipados de exigência mínima de financiamento.	Aplicável a exercícios com início em ou após 1º de janeiro de 2011.
Alterações à IAS 32	Classificação dos direitos de emissão.	Aplicável a exercícios com início em ou após 1º de fevereiro de 2010.
IFRIC 19	Extinção de passivos financeiros através de instrumentos patrimoniais.	Aplicável a exercícios com início em ou após 1º de julho de 2010.

b) Normas, interpretações e alterações de normas existentes que ainda não estão em vigor e não foram adotadas antecipadamente pelo Grupo. As normas e alterações das normas existentes a seguir foram publicadas e são obrigatórias para os períodos iniciados após 31 de dezembro de 2011. Todavia, não houve adoção antecipada dessas normas e alterações de normas por parte do Grupo.

Norma	Principais exigências	Data de entrada em vigor
IFRS 9 (conforme alterada em 2010)	Instrumentos financeiros.	Aplicável a exercícios com início em ou após 1º de janeiro de 2013.
Alterações à IFRS 1	Eliminação de datas fixas para adotantes pela primeira vez das IFRSs.	Aplicável a exercícios com início em ou após 1º de julho de 2011.
Alterações à IFRS 7	Divulgações - transferências de ativos financeiros.	Aplicável a exercícios com início em ou após 1º de julho de 2011.
Alterações à IAS 12	Impostos diferidos - recuperação dos ativos subjacentes quando o ativo é mensurado pelo modelo de valor justo de acordo com a IAS 40.	Aplicável a exercícios com início em ou após 1º de janeiro de 2012.
IAS 28 (Revisada 2011) - Investimentos em Coligadas e Entidades com Controle Compartilhado	Revisão da IAS 28 para incluir as alterações introduzidas pelas IFRSs 10, 11 e 12.	Aplicável a exercícios com início em ou após 1º de janeiro de 2013.
IAS 27 (Revisada 2011) - Demonstrações Financeiras Separadas	Requerimentos da IAS 27 relacionados às demonstrações financeiras consolidadas são substituídos pela IFRS 10. Requerimentos para demonstrações financeiras separadas são mantidos.	Aplicável a exercícios com início em ou após 1º de janeiro de 2013.
IFRS 10 - Demonstrações Financeiras Consolidadas	Substituiu a IAS 27 em relação aos requerimentos aplicáveis às demonstrações financeiras consolidadas e a SIC 12. A IFRS 10 determinou um único modelo de consolidação com base em controle, independentemente da natureza do investimento.	Aplicável a exercícios com início em ou após 1º de janeiro de 2013.
IFRS 11 - Acordos de Participação	Eliminou o modelo de consolidação proporcional para as entidades com controle compartilhado, mantendo apenas o modelo pelo método da equivalência patrimonial. Eliminou também o conceito de "ativos com controle compartilhado", mantendo apenas "operações com controle compartilhado" e "entidades com controle compartilhado".	Aplicável a exercícios com início em ou após 1º de janeiro de 2013.
IFRS 12 - Divulgações de Participações em Outras Entidades	Expandiu os requerimentos de divulgação de investimentos nas entidades que a Sociedade possui influência significativa.	Aplicável a exercícios com início em ou após 1º de janeiro de 2013.
IFRS 13 - Mensurações ao Valor Justo	Substitui e consolida todas as orientações e requerimentos relacionados à mensuração ao valor justo contidos nos demais pronunciamentos das IFRSs em um único pronunciamento. A IFRS 13 define valor justo e orienta como determinar o valor justo e os requerimentos de divulgação relacionados à mensuração do valor justo. Entretanto, ela não introduz nenhum novo requerimento nem alteração com relação aos itens que devem ser mensurados ao valor justo, os quais permanecem nos pronunciamentos originais.	Aplicável a exercícios com início em ou após 1º de janeiro de 2013.
Alterações à IAS 19 - Benefícios aos Empregados	Eliminação do enfoque do corredor ("corridor approach"), sendo os ganhos ou as perdas atuariais reconhecidos como outros resultados abrangentes para os planos de pensão e o resultado para os demais benefícios de longo prazo, quando incorridos, entre outras alterações.	Aplicável a exercícios com início em ou após 1º de janeiro de 2013.
Alterações à IAS 1 - Apresentação das Demonstrações Financeiras	Introduz o requerimento de que os itens registrados em outros resultados abrangentes sejam segregados e totalizados entre itens que são e os que não são posteriormente reclassificados para lucros e perdas.	Aplicável a exercícios com início em ou após 1º de janeiro de 2013.

Considerando as atuais operações do Grupo, a Administração não espera que essas novas normas, interpretações e alterações tenham um efeito relevante sobre as demonstrações financeiras a partir de sua adoção. O CPC ainda não editou os respectivos pronunciamentos e modificações correlacionados às IFRSs novas e revisadas apresentadas anteriormente. Em decorrência do compromisso do CPC e a CVM manterem atualizado o conjunto de normas emitidas com base nas atualizações feitas pelo IASB, é esperado que esses pronunciamentos e modificações sejam editados pelo CPC e aprovados pela CVM até a data de sua aplicação obrigatória.

3. PRINCIPAIS JULGAMENTOS CONTÁBEIS E FONTES DE INCERTEZAS NAS ESTIMATIVAS

Na aplicação das principais práticas contábeis do Grupo descritas na nota explicativa nº 2, a Administração deve fazer julgamentos e elaborar estimativas a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos para os quais não são facilmente obtidos de outras fontes. As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados efetivos podem diferir destas estimativas.

As estimativas e premissas subjacentes são revisadas continuamente. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos no período em que as estimativas são revistas, se a revisão afetar apenas este período, ou também em períodos posteriores se a revisão afetar tanto o período presente como períodos futuros.

3.1. Principais fontes de incertezas nas estimativas

A seguir, são apresentadas as principais premissas a respeito do futuro e outras principais origens da incerteza nas estimativas no fim de cada período do relatório, que podem levar a ajustes significativos nos valores contábeis dos ativos e passivos no próximo exercício.

3.1.1. Valor recuperável do ativo

Para determinar se o ativo apresenta redução em seu valor recuperável, é necessário fazer estimativa do valor em uso das unidades geradoras de caixa para as quais o ativo foi alocado. O cálculo do valor em uso exige que a Administração estime os fluxos de caixa futuros esperados oriundos das unidades geradoras de caixa e uma taxa de desconto adequada para que o valor presente seja calculado. Não foram identificados indícios de redução do valor recuperável do ativo.

Controlada	Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	31/12/11	31/12/10
Sama	16.559	16.559
Tégula	3.436	3.436
Total	19.995	19.995

3.1.2. Vida útil dos bens do imobilizado

Conforme descrito na nota explicativa nº 2.1.1, o Grupo revisa a vida útil estimada dos bens do imobilizado anualmente no fim de cada período de relatório. Durante o exercício corrente, a Administração estabeleceu que a vida útil de certos itens de máquinas, equipamentos e edificações deveriam ser aumentados e suportados por laudos de avaliação internos e externos, considerando a manutenção preventiva, no decorrer dos próximos exercícios sociais.

3.1.3. Imposto de renda, contribuição social e outros impostos

O Grupo reconhece ativos e passivos diferidos com base nas diferenças entre o valor contábil apresentado nas demonstrações financeiras e a base tributária dos ativos e passivos utilizando as alíquotas em vigor. A Administração do Grupo revisa regularmente os impostos diferidos ativos em termos de possibilidade de recuperação, considerando o lucro histórico gerado e o lucro tributável futuro projetado, de acordo com um estudo de viabilidade técnica.

3.1.4. Provisão para riscos

O Grupo é parte de diversos processos judiciais e administrativos, como descrito na nota explicativa nº 19. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais que representam perdas prováveis e estimadas com um certo grau de segurança. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos consultores jurídicos. A Administração do Grupo acredita que essas provisões para riscos estão corretamente apresentadas nas demonstrações financeiras.

3.1.5. Provisão para benefícios futuros a ex-empregados

O valor atual da provisão para benefícios futuros a ex-empregados depende de uma série de fatores que são determinados com base em cálculo atuarial, que atualizam uma série de premissas, como, por exemplo, taxa de desconto, e inflação, entre outras, as quais estão divulgadas na nota explicativa nº 16. A mudança em uma dessas estimativas poderia afetar os resultados apresentados.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	31/12/11	31/12/10	31/12/11	31/12/10
Saldos de caixa e bancos	2.011	1.769	5.243	3.357
Fundos de investimento	19.341	13.332	37.090	36.394
Total	21.352	15.101	42.333	39.751

No exercício, os fundos de investimento foram remunerados por taxas médias de 104% da variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI (103% em 2010), tendo, basicamente, em sua carteira fundos referenciados - CDI e Renda Fixa. Esses saldos consistem em valores de liquidez imediata, com o propósito de honrar compromissos no curto prazo, rapidamente convertíveis em dinheiro e sujeitos a risco insignificante de mudança de valor.

5. INVESTIMENTOS TEMPORÁRIOS (APLICAÇÕES FINANCEIRAS)

Os investimentos temporários têm como objetivo principal financiar os investimentos permanentes do Grupo e foram aplicados em fundos de investimentos remunerados no período por taxas médias de 104% da variação do CDI (103% em 2010).

6. CONTAS A RECEBER

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	31/12/11	31/12/10	31/12/11	31/12/10
Contas a receber de clientes	77.501	67.633	168.259	146.336
(-) Ajuste a valor presente	(2.077)	(1.527)	(5.516)	(4.654)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(2.832)	(2.217)	(6.470)	(6.383)
Total	72.592	63.889	156.273	135.299

Composição do saldo de contas a receber de clientes por idade de vencimento

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	31/12/11	31/12/10	31/12/11	31/12/10
A vencer	72.926	64.331	153.369	133.095
Valores vencidos:				
Até 30 dias	745	1.115	5.926	5.108
Entre 30 e 60 dias	163	196	350	1.053
Acima de 60 dias	3.667	1.991	8.614	7.080
Total	77.501	67.633	168.259	146.336

Mobilização da provisão para créditos de liquidação duvidosa

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	31/12/11	31/12/10	31/12/11	31/12/10
Saldo inicial	(2.217)	(1.623)	(6.383)	(4.485)
Adição	(884)	(847)	(1.083)	(2.253)
Reversão	8	43	(57)	71
Baixa	261	210	1.053	284
Total	(2.832)	(2.217)	(6.470)	(6.383)

Imobilizado	Controladora (BR GAAP)									
	Terras	Edifícios e benfeitorias	Máquinas e equipamentos	Ferramentas e moldes	Instalações	Veículos	Móveis e utensílios	Equipamentos de informática	Imobilizações em andamento	Total
Custo										
Saldos em 31 de dezembro de 2010	701	31.320	90.221	11.371	74.127	3.566	3.718	2.910	6.154	224.088
Adições	-	-	-	-	-	-	-	-	-	11.628
Baixas	-	-	(6.096)	(5)	(217)	(67)	(25)	(54)	-	(6.464)
Transferências	-	-	485	1.406	2.870	(1)	257	367	(11.056)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2011	701	31.805	89.797	12.772	76.780	3.498	3.950	3.223	6.726	229.252
Depreciação										
Saldos em 31 de dezembro de 2010	-	(17.236)	(40.672)	(6.553)	(28.786)	(2.067)	(1.697)	(2.078)	-	(99.089)
Adições	-	(682)	(2.359)	(1.008)	(5.922)	(391)	(306)	(280)	-	(10.948)
Baixas	-	-	468	2	54	66	16	52	-	658
Transferências	-	(10)	183	(15)	161	1	2	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2011	-	(17.928)	(42.380)	(7.574)	(34.815)	(2.391)	(1.985)	(2.306)	-	(109.379)
Valor residual										
Em 31 de dezembro de 2010	701	14.084	49.549	4.818	45.341	1.499	2.021	832	6.154	124.999
Em 31 de dezembro de 2011	701	13.877	47.417	5.198	41.965	1.107	1.965	917	6.726	119.873

Nenhum cliente da controladora representa mais de 1,5% dos respectivos saldos das duplicatas a receber em 31 de dezembro de 2011 (1,66% em 2010).

7. ESTOQUES

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	31/12/11	31/12/10	31/12/11	31/12/10
Produtos acabados	35.368	40.723	53.280	49.252
Produtos em elaboração	-	-	1.553	1.976
Revenda	18.128	10.706	23.423	13.242
Matérias-primas	16.445	20.903	15.698	20.364
Materiais auxiliares	2.972	2.486	17.268	15.180
(-) Provisão para perdas (*)	-	(900)	(739)	(1.569)
Total	72.913	73.918	110.483	98.445

(*) A contrapartida da provisão para perdas está registrada na rubrica "Outras despesas operacionais, líquidas" nas demonstrações do resultado. O custo total dos estoques reconhecido como despesa e incluído na rubrica "Custo dos produtos vendidos" está divulgado na nota explicativa nº 22.

8. IMPOSTOS A RECUPERAR

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	31/12/11	31/12/10	31/12/11	31/12/10
Circulante:				
ICMS	1.486	1.279	1.972	1.718
IRRF	432	509	603	715
IRPJ	1.211	2.323	1.981	3.458
CSLL	92	739	248	1.287
IRRF - juros sobre o capital próprio	373	412	373	548
Fundo FOMENTAR - ICMS	1.080	685	1.092	711
COFINS e outros	409	356	570	362
Total	5.083	6.303	6.539	8.799
Não circulante:				
ICMS e outros	1.145	3.052	3.786	3.865
IRRF	12.606	12.090	12.608	12.090
IRPJ	7.206	6.912	7.206	6.912
Total	20.957	22.054	23.600	22.867

9. INVESTIMENTOS EM CONTROLADAS

A seguir, são apresentados os detalhes das controladas da Companhia no encerramento do exercício:

Controladas	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	31/12/11	31/12/10	31/12/11	31/12/10
Engedis	99,99	99,99	99,99	99,99
Precon	99,99	99,99	99,99	99,99
Prel	99,99	99,99	99,99	99,99
Sama	99,99	99,99	99,99	99,99
Tégula	99,99	99,99	99,99	99,99
Wagner	99,85	99,85	99,85	99,85
Wagner da Amazônia	99,85	99,85	99,85	99,85

A movimentação dos investimentos em controladas, apresentados nas demonstrações financeiras individuais, é como segue:

	Controladora (BR GAAP)						
	Precon	Prel	Sama	Tégula	Neptune	Wagner	Total
Em 1º de janeiro de 2010	12.429	7.967	93.365	-	-	6.019	119.780
Aumento de capital	-	-	-	-	41.996	-	41.996
Dividendos	(8.852)	(440)	(44.026)	-	(3.020)	-	(56.338)
Juros sobre o capital próprio	(668)	(437)	(4.774)	(400)	(672)	-	(6.951)
Equivalência patrimonial	11.207	879	52.704	11.271	2.716	(2.066)	76.711
Correção monetária complementar - IFRS	-	-	-	243	-	-	243
Incorporação	-	-	-	(41.020)	(41.020)	-	(82.040)
Em 31 de dezembro de 2010	14.116	7.969	97.269	52.134	-	3.953	175.441
Dividendos	(7.600)	(1.763)	(38.364)	-	-	(14)	(47.741)
Juros sobre o capital próprio	(668)	(436)	(5.053)	(2.958)	-	(25)	(9.140)
Equivalência patrimonial	9.853	2.153	48.357	4.604	-	145	65.112
Correção monetária complementar - IFRS	(7)	(57)	(93)	(28)	-	-	(185)
Em 31 de dezembro de 2011	15.694	7.866	102.116	53.752	-	4.059	183.487

10. PARTES RELACIONADAS

a) Saldos e transações da controladora com partes relacionadas

	Controladora (BR GAAP)	
	31/1	

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando de outra forma indicado)

Intangível	Controladora (BR GAAP)			Consolidado (BR GAAP)		
	Softwares	Outros	Total	31/12/11	31/12/10	31/12/10
Custo						
Saldos em 31 de dezembro de 2010	5.298	26	5.324			
Adições	1.605	-	1.605			
Baixas	(133)	(15)	(148)			
Saldos em 31 de dezembro de 2011	6.770	11	6.781			
Amortização						
Saldos em 31 de dezembro de 2010	(3.513)	-	(3.513)			
Adições	(512)	-	(512)			
Baixas	97	-	97			
Saldos em 31 de dezembro de 2011	(3.928)	-	(3.928)			
Valor residual						
Em 31 de dezembro de 2010	1.785	26	1.811			
Em 31 de dezembro de 2011	2.842	11	2.853			
	Consolidado (IFRS e BR GAAP)					
				31/12/11	31/12/10	31/12/10
Imobilizado						
Térrenos	4	4.084	4.084			
Edifícios e benfeitorias	4	78.077	33.611	(44.466)	33.611	29.881
Máquinas e equipamentos	8,6	171.193	73.733	(97.460)	73.733	66.532

Intangível	Controladora (BR GAAP)			Consolidado (IFRS e BR GAAP)		
	Softwares	Outros	Total	31/12/11	31/12/10	31/12/10
Custo						
Saldos em 31 de dezembro de 2010	9.306	90	19.995	1.156	24.454	24.454
Adições	2.416	-	2.416	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2011	11.722	90	19.995	1.156	24.454	24.454
Amortização						
Saldos em 31 de dezembro de 2010	(6.092)	(1)	(6.093)			
Adições	(915)	-	(915)			
Baixas	1	-	1			
Saldos em 31 de dezembro de 2011	(7.006)	(1)	(7.007)			
Valor residual						
Em 31 de dezembro de 2010	3.214	89	19.995	1.156	24.454	24.454
Em 31 de dezembro de 2011	4.716	89	19.995	1.156	25.956	25.956

Em razão de processos judiciais, a controlada Sama ofereceu como garantia bens do ativo imobilizado no valor residual de R\$ 1.550.

Intangível	Consolidado (IFRS e BR GAAP)					Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	Softwares	Outros	Ágio	Marcas e patentes	Total	31/12/11	31/12/10	31/12/11	31/12/10
Saldos em 31 de dezembro de 2010	9.306	90	19.995	1.156	30.547				
Adições	2.416	-	-	-	2.416				
Saldos em 31 de dezembro de 2011	11.722	90	19.995	1.156	32.963				
Amortização									
Saldos em 31 de dezembro de 2010	(6.092)	(1)	-	-	(6.093)				
Adições	(915)	-	-	-	(915)				
Baixas	1	-	-	-	1				
Saldos em 31 de dezembro de 2011	(7.006)	(1)	-	-	(7.007)				
Valor residual									
Em 31 de dezembro de 2010	3.214	89	19.995	1.156	24.454				
Em 31 de dezembro de 2011	4.716	89	19.995	1.156	25.956				

Controlada adquirida	Data	Amortização		Saldo em	
		Ágio	31/12/10	31/12/10	31/12/11
Sama	Dezembro/97	45.608	(36.484)	9.124	9.124
Sama (6.903.333 ações em tesouraria)	Janeiro/01	26.026	(18.591)	7.435	7.435
		71.634	(55.075)	16.559	16.559
Tégula	Fevereiro/10	3.436	-	3.436	3.436
Total		75.070	(55.075)	19.995	19.995

Os ágios sobre investimentos em 31 de dezembro de 2011 e de 2010 foram classificados nos respectivos investimentos na controladora (BR GAAP), e no intangível no consolidado (IFRS e BR GAAP).

Teste anual de "impairment"
O Grupo avaliou a recuperação do saldo de ágio oriundo da aquisição da Sama, e constatou que não existe necessidade de constituir a redução do saldo não amortizado ("impairment"). O ágio foi alocado para fins de teste de "impairment" no segmento reportável "minério crisólita", unidade geradora de caixa de extração e comercialização de minério crisólita. A recuperação fundamentada na geração de caixa com a extração e comercialização de minério crisólita foi avaliada com base no seu valor de uso. A taxa de desconto aplicada foi de 10,25% ao ano em fluxo de caixa projetado para cinco anos com base em orçamento aprovado pela Administração.

O Grupo também avaliou a recuperação do saldo do ágio oriundo da aquisição da Tégula, e constatou que não existe necessidade de constituir a redução do saldo não amortizado ("impairment"). O ágio foi alocado para fins de teste de "impairment" no segmento reportável "telhas de concreto". A recuperação fundamentada na geração de caixa com a produção e comercialização de telhas de concreto foi avaliada com base no seu valor de uso. A taxa de desconto aplicada foi de 10,25% ao ano em fluxo de caixa projetado para cinco anos com base em orçamento aprovado pela Administração.

Controladora (BR GAAP)	Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	31/12/11	31/12/10
Mercado interno	17.590	24.415
(-) Ajuste a valor presente	(148)	(146)
Mercado externo	2.729	8.254
Total	20.171	32.523

Controladora (BR GAAP)	Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	31/12/11	31/12/10
Mercado interno	17.590	24.415
(-) Ajuste a valor presente	(148)	(146)
Mercado externo	2.729	8.254
Total	20.171	32.523

Controladora (BR GAAP)	Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	31/12/11	31/12/10
Mercado interno	17.590	24.415
(-) Ajuste a valor presente	(148)	(146)
Mercado externo	2.729	8.254
Total	20.171	32.523

Controladora (BR GAAP)	Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	31/12/11	31/12/10
Mercado interno	17.590	24.415
(-) Ajuste a valor presente	(148)	(146)
Mercado externo	2.729	8.254
Total	20.171	32.523

Controladora (BR GAAP)	Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	31/12/11	31/12/10
Mercado interno	17.590	24.415
(-) Ajuste a valor presente	(148)	(146)
Mercado externo	2.729	8.254
Total	20.171	32.523

Controladora (BR GAAP) 5.787 10.351
Consolidado (IFRS e BR GAAP) 13.767 20.531

(b) Previdência privada
O Grupo oferece plano de previdência privada para os funcionários, administrado por uma instituição financeira autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN, sem vínculo com o Grupo. O plano é denominado Plano Gerador de Benefício Livre - PGBL, com característica de contribuição definida.

15. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER

Controladora (BR GAAP)	Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	31/12/11	31/12/10
Circulante:		
Tributos sobre os lucros:		
IRPJ	628	4.232
CSLL	227	592
Demais tributos:		
ICMS	5.327	4.082
IPI	2.201	2.026
COFINS	2.058	1.630
PIS	442	351
IRRF	579	288
CFEM	-	1.169
Outros	105	125
Total	10.712	9.357
Não circulante:		
ICMS (*)	6.698	6.757
(*) ICMS originado pelos programas de incentivos fiscais PRODUIZIR e DESENVOLVE na controladora e FOMENTAR na controlada Precon.	6.812	7.017

16. PROVISÃO PARA BENEFÍCIOS FUTUROS A EX-EMPREGADOS

O Grupo, com base em laudo atuarial para a data-base 31 de dezembro de 2011 preparado por empresa especializada independente, contabilizou uma provisão para fazer face a benefícios futuros de saúde (assistência médica e exames laboratoriais) aos ex-empregados.

Controladora (BR GAAP)	Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	31/12/11	31/12/10
Taxa anual de juro atuarial real	5,6%	6,2%
Taxa anual real de evolução dos custos médicos	1,0%	1,5%
Taxa anual de inflação projetada	5,2%	4,5%
Tabua de mortalidade geral	GAM83	GAM83

17. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Controladora (BR GAAP)	Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	31/12/11	31/12/10
Número de participantes	325	339
Valor presente das obrigações no início do exercício	21.374	21.343
Juros sobre a obrigação atuarial	2.328	2.249
Gastos realizados no período	(2.202)	(2.218)
Valor presente das obrigações no fim do exercício	21.500	21.374

Controladora (BR GAAP)	Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	31/12/11	31/12/10
Saldo contábil no início do exercício	20.931	20.716
Gastos realizados no exercício	(2.202)	(2.218)
Complemento de provisão e juros no exercício	2.408	2.433
Total	21.137	20.931

Controladora (BR GAAP)	Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	31/12/11	31/12/10
Circulante	1.645	2.965
Não circulante	19.492	19.286
Total	21.137	20.931

Controladora (BR GAAP)	Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	31/12/11	31/12/10
Perdas atuariais não reconhecidas	879	1.375
Corredor - 10% do valor presente das obrigações	(2.150)	(2.137)
Serviço médico futuro esperado (em anos)	15,42	16,42

Controladora (BR GAAP)	Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	31/12/11	31/12/10
Saldo contábil no início do exercício	20.931	20.716
Gastos realizados no exercício	(2.202)	(2.218)
Complemento de provisão e juros no exercício	2.408	2.433
Total	21.137	20.931

Controladora (BR GAAP)	Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	31/12/11	31/12/10
Circulante	1.645	2.965
Não circulante	19.492	19.286
Total	21.137	20.931

a) Capital social
Em 31 de dezembro de 2011, o capital social da Companhia, no montante de R\$ 334.251, estava representado por 89.500.000 ações ordinárias, sem valor nominal e com direito a voto nas deliberações da Assembleia Geral, e era distribuído como segue:

Composição acionária	31/12/11		31/12/10	
	Acionistas	Ações	Acionistas	Ações
Pessoas físicas	6.302	54.816.669	5.543	50.962.215
Pessoas jurídicas	126	24.164.645	90	1.961.772
Pessoas residentes no exterior	73	6.399.123	72	6.585.698
Clubes, fundos e fundações	132	4.090.197	205	29.960.949
Ações em tesouraria	6.633	89.470.634	5.910	89.470.634
Total	6.633	89.500.000	5.910	89.500.000

b) Dividendos
O Estatuto Social assegura um dividendo mínimo obrigatório correspondente a 25% do lucro líquido de cada exercício, deduzido da constituição das reservas legal de 5% e estatutária de 5% do lucro, conforme a Lei das Sociedades por Ações. Adicionalmente, o lucro remanescente das reservas de lucros será totalmente distribuído aos acionistas.

O Estatuto Social faculta a distribuição de dividendos com base em balanços anuais, semestrais ou intermediários.
Os dividendos pagos ou propostos para o exercício findo em 31 de dezembro de 2011 foram os seguintes:

Evento	Início de pagamento		Valor total		Valor por ação - R\$
	31/12/11	31/12/10	31/12/11	31/12/10	
RCA (*) de 27 de abril de 2011	20/05/11	-	9.305	-	0,104
RCA (*) de 03 de agosto de 2011	24/08/11	-	11.989	-	0,134
RCA (*) de 26 de outubro de 2011	18/11/11	-	14.673	-	0,164
RCA (*) de 07 de março de 2012	28/03/12	-	11.989	-	0,134
Total			47.956		

(*) RCA - Reunião do Conselho de Administração
c) Juros sobre o capital próprio
O Conselho de Administração poderá deliberar também a distribuição de resultado na forma de pagamento de juros sobre o capital próprio, nos termos da legislação vigente. Os juros sobre o capital próprio propostos para o exercício findo em 31 de dezembro de 2011 foram os seguintes:

Evento	Início de pagamento		Valor total		Valor por ação - R\$
	31/12/11	31/12/10	31/12/11	31/12/10	
RCA (*) de 27 de abril de 2011	20/05/11	-	5.905	-	0,066
RCA (*) de 3 de agosto de 2011	24/08/11	-	5.905	-	0,066
RCA (*) de 26 de outubro de 2011	18/11/11	-	5.905	-	0,066
RCA (*) de 14 de dezembro de 2011	28/03/12	-	5.905	-	0,066
Total			23.620		

(*) RCA - Reunião do Conselho de Administração
d) Ações em tesouraria
Em 31 de dezembro de 2011, o valor de mercado das ações em tesouraria era de R\$ 261 (R\$ 352 em 2010).

e) Demonstração do resultado abrangente
Não houve transações no patrimônio líquido, em todos os aspectos relevantes, que ocasionassem ajustes que pudessem compor a demonstração do resultado abrangente.

f) Lucro líquido por ação
Em conformidade com a norma IAS 33 (equivalente ao pronunciamento técnico CPC 41 - Lucro por Ação), a seguir está demonstrada a reconciliação do lucro líquido com os montantes usados para calcular o lucro básico e diluído por ação.

Controladora (BR GAAP) e Consolidado (IFRS e BR GAAP)

Controladora (BR GAAP)	Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	31/12/11	31/12/10
Numerador básico e diluído - Lucro líquido do exercício atribuído aos proprietários da Companhia	97.193	102.085
Denominador básico e diluído - Média ponderada das ações ordinárias em circulação, deduzidas as médias das ações ordinárias em tesouraria	89.470	89.470
Lucro básico e diluído por ação - R\$	1,09	1,14

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando de outra forma indicado)

19. PROVISÃO PARA RISCOS

O Grupo possui diversos processos judiciais de natureza cível, trabalhista e tributária que se encontram em discussão em diferentes esferas judiciais. A provisão para riscos foi constituída para os processos cuja probabilidade de perda foi avaliada como provável, com base na análise individual dos respectivos processos feita pelos consultores jurídicos do Grupo.

A Administração do Grupo acredita que a provisão para riscos constituída é suficiente para cobrir as eventuais perdas com os processos judiciais, conforme apresentado a seguir:

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	31/12/11	31/12/10	31/12/11	31/12/10
Processos trabalhistas	13.997	14.366	21.912	22.354
Processos cíveis e tributários	6.088	4.091	24.933	15.612
Total	20.085	18.457	46.845	37.966

As movimentações na provisão para riscos são apresentadas a seguir:

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	31/12/10	Adições	Reversões	31/12/11
Processos trabalhistas	14.366	4.846	(5.215)	13.997
Processos cíveis e tributários	4.091	7.306	(5.309)	6.088
Total	18.457	12.152	(10.524)	20.085

	Consolidado (IFRS e BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	31/12/10	Adições	Reversões	31/12/11
Processos trabalhistas	22.354	11.248	(6.382)	27.220
Processos cíveis e tributários	15.612	10.406	(6.393)	19.625
Total	37.966	21.654	(12.775)	46.845

O Grupo efetua, quando necessário, depósitos judiciais não vinculados às provisões para riscos, classificados em rubrica específica do ativo não circulante.

A provisão para riscos trabalhistas refere-se a ações indenizatórias, acidente de trabalho e reclamações trabalhistas, consideradas pelos consultores jurídicos como perda provável. Em 31 de dezembro de 2011, o Grupo mantém em andamento ações cíveis públicas sobre questões de natureza ambiental e de saúde movidas pelos Ministérios Público Estadual e Federal do Estado da Bahia, na Comarca de Vitória da Conquista, cujas avaliações dos consultores jurídicos quanto à probabilidade de perda foram consideradas como possíveis.

Também possuía ação popular na Comarca de Poções que está relacionada às ações civis públicas mencionadas.

O Grupo mantém em andamento uma ação civil pública consumerista no Estado do Rio de Janeiro e outra no Estado de Pernambuco, com o objetivo de proibir a venda de produtos que contêm mineral crisotila naqueles Estados. A ação proposta pelo Ministério Público do Rio de Janeiro foi julgada improcedente e encontra-se pendente de julgamento do recurso. A ação no Estado de Pernambuco ainda não foi julgada.

Na mesma data, o Grupo mantém em andamento uma Ação de Improbidade Administrativa em que se discutiam questões relacionadas à Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais - CFEM, bem como ação anulatória e uma execução fiscal da mesma natureza.

Também possuía uma Ação Civil Pública e uma Ação Popular, ambas relacionadas à alienação pelo Estado de Goiás de uma área de terra para a controlada Sama.

Adicionalmente, em 31 de dezembro de 2011 existiam outras reclamações trabalhistas, processos cíveis, tributários e administrativos contra o Grupo, para os quais os consultores jurídicos do Grupo classificam a possibilidade de perda como possível, no montante consolidado de R\$ 6.112 (R\$ 5.850 em 2010); portanto, não foi registrada nenhuma provisão para essas reclamações trabalhistas, e processos cíveis, tributários e administrativos.

20. PLANO DE SUPLEMENTAÇÃO DE APOSENTADORIA

O Grupo mantém contratado um plano de previdência complementar aberto com uma entidade financeira devidamente autorizada. O plano foi contratado com o objetivo principal de suplementar a aposentadoria e pensão dos colaboradores e executivos. A contribuição é destinada a todos os colaboradores e administradores na modalidade de Plano Gerador de Benefício Livre - PGBL, na modalidade de contribuição definida. As contribuições são realizadas pelo Grupo e pelos participantes, seguindo percentuais preestabelecidos, de acordo com faixas progressivas de contribuição.

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	31/12/11	31/12/10	31/12/11	31/12/10
Contribuições efetuadas	2.766	2.286	3.530	3.996

21. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	31/12/11	31/12/10	31/12/11	31/12/10
Receita bruta de vendas	631.037	576.137	1.077.296	995.956
(-) Ajuste a valor presente	(2.077)	(1.527)	(5.516)	(4.654)
Descontos e abatimentos incondicionais	(3.838)	(8.079)	(3.954)	(8.607)
Impostos incidentes sobre as vendas	(160.038)	(142.215)	(247.588)	(223.950)
Receita operacional líquida	465.084	424.316	820.238	758.745

22. INFORMAÇÕES SOBRE A NATUREZA DAS DESPESAS

O Grupo apresentou as demonstrações do resultado utilizando uma classificação das despesas com base na sua função. As informações sobre a natureza dessas despesas reconhecidas nas demonstrações do resultado são apresentadas a seguir:

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	31/12/11	31/12/10	31/12/11	31/12/10
Custo dos produtos vendidos	(337.207)	(298.498)	(497.337)	(433.030)
(-) Ajuste a valor presente	676	622	882	811
Despesas com vendas	(51.940)	(41.932)	(97.294)	(88.403)
Despesas gerais e administrativas	(43.174)	(50.816)	(95.846)	(101.311)
Total	(431.645)	(390.624)	(689.595)	(621.933)
Classificados como:				
Matéria-prima consumida	(230.384)	(203.487)	(334.236)	(305.712)
Despesas com pessoal e encargos	(86.908)	(88.438)	(139.252)	(133.463)
Materiais, energia elétrica e serviços	(41.157)	(61.741)	(61.453)	(61.872)
Despesas variáveis de vendas	(5.319)	(2.481)	(24.359)	(33.353)
Depreciação e amortização	(12.921)	(9.051)	(24.979)	(18.154)
Serviços de terceiros	(12.033)	(10.749)	(24.962)	(19.792)
Comissões sobre vendas	(8.377)	(1.862)	(17.125)	(2.829)
Contribuição para entidades de classe	(1.231)	(1.502)	(3.764)	(10.601)
Propaganda e publicidade	(7.401)	(3.289)	(7.547)	(9.159)
Impostos e taxas	(2.182)	(2.536)	(4.734)	(5.991)
Outras	(23.732)	(88.438)	(47.184)	(133.463)
Total	(431.645)	(390.624)	(689.595)	(621.933)

23. OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS, LÍQUIDAS

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	31/12/11	31/12/10	31/12/11	31/12/10
Outras receitas operacionais:				
Vendas de bens do imobilizado	132	783	1.060	2.475
Receitas eventuais	2.191	888	5.114	4.480
Outras vendas	-	-	202	200
Dividendos e juros sobre o capital próprio prescritos	-	174	-	174
Realização de receitas antecipadas	-	68	-	115
Aluguéis	-	-	1.741	1.984
Incentivo fiscal - Desenvolve Bahia	3.346	-	3.346	-
Outras	2	15	-	-
Total	5.671	1.928	11.463	9.428
Outras despesas operacionais:				
Provisão para riscos	(4.286)	(2.850)	(5.608)	(11.051)
Provisão para benefícios futuros a ex-empregados	(2.134)	(2.249)	(3.111)	(3.181)
Recuperação ambiental	-	-	-	(949)
Provisão para perdas diversas	-	(1.791)	-	(1.791)
Impostos sobre outras vendas	(147)	(579)	(1.015)	(1.296)
Garantia de qualidade	(590)	(142)	(735)	(276)
Substituição de produto avariado	(232)	(521)	(241)	(529)
Gastos com indenizações trabalhistas e cíveis	(918)	(1.116)	(7.242)	(1.487)
Custo da baixa do imobilizado	(5.806)	(434)	(5.885)	(628)
Outras	576	526	(968)	(1.392)
Total	(13.537)	(9.156)	(24.805)	(22.580)
Total	(7.866)	(7.228)	(13.342)	(13.152)

24. DESPESAS (RECEITAS) FINANCEIRAS

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	31/12/11	31/12/10	31/12/11	31/12/10
Despesas financeiras:				
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(308)	(97)	(651)	(122)
Juros sobre mútuo	(2.834)	(2.216)	-	-
Juros passivos	(859)	(670)	(1.981)	(1.655)
Despesas bancárias	(598)	(529)	(874)	(760)
Descontos concedidos	(545)	(329)	(2.933)	(1.507)
IOF	(280)	(235)	(519)	(492)
PIS e COFINS - juros sobre o capital próprio	(846)	(716)	(846)	(827)
Variações cambiais passivas	(852)	(174)	(20.285)	(16.986)
Outras	(83)	(57)	(1.731)	(327)
Total	(7.205)	(5.023)	(29.820)	(22.676)
Receitas financeiras:				
Rendimentos de aplicações financeiras	5.219	7.012	6.917	8.909
Descontos obtidos	3.485	3.390	435	53
Juros ativos	3.564	2.234	6.992	5.668
Variações monetárias ativas	3.156	978	3.238	1.127
Variações cambiais ativas	1.269	864	20.235	16.547
Ganho com processo judicial (PIS/COFINS)	1.687	-	4.053	-
Outras receitas financeiras	4.056	-	1.789	96
Total	22.436	14.478	43.659	32.400
Receitas financeiras, líquidas	15.231	9.455	13.819	9.724

25. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO DE NEGÓCIO

Os segmentos reportáveis do Grupo de acordo com a IFRS 8 e o pronunciamento técnico CPC 22 são os seguintes:

Descrição	Controladora (BR GAAP) e Consolidado (IFRS e BR GAAP)			
	Área geográfica			
Fibrocimento	Sudeste, Sul, Centro-Oeste, Norte e Nordeste			
Mineral crisotila	Mercados local e estrangeiro			
Telhas de concreto	Mercado local			
Outros	Mercado local			

- Fibrocimento: inclui a fabricação e venda de telhas, caixas d'água e peças complementares.
- Mineral crisotila: inclui a exploração e venda de mineral crisotila.
- Telhas de concreto: inclui a fabricação e venda de telhas de concreto.
- Outros: incluem a fabricação e venda de componentes para sistemas construtivos e caixas d'água de polietileno e a revenda de louças, assentos sanitários, filtros para tubulações de água, aquecedor solar e acessório de telhas metálicas.

a) Receitas e resultados dos segmentos reportáveis

	Consolidado (IFRS e BR GAAP)			
	Receita líquida		Lucro bruto	
	31/12/11	31/12/10	31/12/11	31/12/10
Fibrocimento e cimento de fio sintético				
Sudeste	98.956	95.844	27.452	26.021
Sul	113.088	107.614	31.373	32.031
Centro-Oeste	171.544	156.699	50.929	50.770
Norte e Nordeste	71.664	68.896	19.880	20.530
Exportação	-	51	-	50
Total	455.252	429.104	129.634	129.402
Mineral crisotila				
Mercado interno	114.162	109.537	100.787	80.633
Mercado externo	100.392	111.268	47.682	81.909
Total	214.544	220.805	148.469	162.542
Telhas de concreto				
Outros	77.325	57.963	29.184	18.754
Total	73.117	50.873	16.496	15.828
Receita líquida	820.238	758.745		
Lucro bruto			323.783	326.526

		31/12/11		31/12/10	
Despesas e Receitas					
Fibrocimento e cimento de fio Sintético					
Despesas com vendas	Sudeste	(12.345)	(10.543)		
	Sul	(14.108)	(11.459)		
	Centro-Oeste	(21.401)	(16.502)		
	Nordeste/Norte	(8.940)	(7.334)		
	Total	(56.795)	(45.838)		
Despesas administrativas	Sudeste	(5.317)	(9.174)		
	Sul	(6.076)	(9.971)		
	Centro-Oeste	(9.217)	(14.359)		
	Nordeste/Norte	(3.852)	(6.382)		
	Total	(24.461)	(39.886)		
Outras receitas e despesas	Sudeste	(2.473)	(2.138)		
	Sul	(2.825)	(2.324)		
	Centro-Oeste	(4.285)	(3.346)		
	Nordeste/Norte	(1.791)	(1.281)		
	Total	(11.373)	(9.295)		
Mineral Crisotila					
Despesas com vendas	Mercado interno	(15.687)	(16.993)		
	Mercado externo	(13.794)	(17.262)		
	Total	(29.481)	(34.255)		
Despesas administrativas	Mercado interno	(20.130)	(21.259)		
	Mercado externo	(17.701)	(21.595)		
	Total	(37.831)	(42.854)		
Outras despesas	Mercado interno	(3.641)	(505)		
	Mercado externo	(3.201)	(513)		
	Total	(6.842)	(1.018)		
Telhas	Despesas com vendas	(11.019)	(8.311)		
	Despesas administrativas	(16.369)	(8.613)		
	Outras receitas e despesas	1.528	(3.342)		
	Total	(25.860)	(20.266)		
Lucro antes dos impostos		131.140	133.384		

O segmento do mineral crisotila vendeu R\$ 80.157 para o segmento de fibrocimento e cimento de fio sintético em 2011 (R\$ 79.987 em 2010). Nenhum cliente da controladora representa mais de 1,5% dos respectivos saldos das duplicatas a receber em 31 de dezembro de 2011 (1,66% em 2010).

b) Ativos e passivos dos segmentos reportáveis

	Consolidado (IFRS e BR GAAP)			
	Ativos		Passivos	
	31/12/11	31/12/10	31/12/11	31/12/10
Fibrocimento e cimento de fio sintético				
Sudeste	209.105	38.698	11.255	8.119
Sul	53.421	89.720	4.450	4.620
Centro-Oeste	62.929	64.828	6.907	8.586
Norte e Nordeste	26.094	32.450	2.718	1.648
Mineral crisotila	351.549	225.696	25.330	22.973
Telhas de concreto	205.630	110.499	49.217	10.123
Outros produtos (*)	88.851	43.395	35.365	3.949
Out				

Eternit

Eternit S.A.

Companhia Aberta - CNPJ nº 61.092.037/0001-81



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando de outra forma indicado)

28. AMBIENTE E RECURSOS MINERAIS

Ambiente

A indústria de mineração no Brasil está sujeita aos controles governamentais para impedir os riscos potenciais ao meio ambiente, resultante da extração mineral.

Conforme o Decreto nº 97.632/89, são exigidos projetos de mineração, detalhando o programa de recuperação ambiental, bem como o impacto ao meio ambiente. A controlada Sama segue o Plano de Recuperação de Área Degradada - PRAD, devidamente homologado e com cronograma para "remonte da Mina", após a exaustão dos recursos minerais.

De acordo com o PRAD, a Sama está apta para extrair e processar o mineral crisotila. Segundo o projeto inicial, a extração e o processamento do mineral crisotila devem cessar no ano 2042, quando será colocado em prática o projeto para demolições, indenizações e recuperação da área degradada.

A cada exercício social, a Sama registra a atualização da recuperação ambiental, de acordo com o seu valor justo, conforme os critérios a seguir:

	31/12/11	31/12/10
Taxa de desconto	9,08% a.a.	9,08% a.a.
Taxa de inflação de longo prazo	4,5% a.a.	4,5% a.a.

Valor presente dos desembolsos esperados

Ano	31/12/11	31/12/10
2042	1.002	905
2043	889	803
2044	477	429
2045 a 2049	405	368
Total	2.773	2.505

Considerando o acordo celebrado com o PRAD, a recuperação ambiental da mina ocorrerá entre 2042 e 2049.

O valor total de despesas reconhecidas com recuperação ambiental da mina em 2011 foi de R\$ 268 (R\$ 242 em 2010), calculado com base na produção atual de mineral crisotila.

Recursos minerais

A abertura dos recursos minerais do Grupo (asbesto de crisotila), que são explorados e transformados pela controlada Sama, é conforme segue:

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

SERGIO ALEXANDRE MELLEIRO
Presidente do Conselho de Administração

ÉLIO ANTONIO MARTINS
LÍRIO ALBINO PARISOTTO

LUIZ BARSÍ FILHO
LUIZ TEREPIINS

MARCELO MUNHOZ AURICCHIO
VICTOR ADLER

CONSELHO CONSULTIVO

GUILHERME AFFONSO FERREIRA
MARIO FLECK

Ano	31/12/11	31/12/10
Recursos minerais	8.767.212 t	9.073.532 t
Produção anual	306.320 t	302.257 t
Vida útil estimada da mina (*)	30,3 anos	31,5 anos

(*) A diminuição da vida útil estimada deve-se à revisão da estimativa de produção da mina com base em laudo de avaliação elaborado por empresa independente.

29. APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A apresentação das demonstrações financeiras foram aprovadas e autorizadas para publicação pelo Conselho de Administração em 7 de março de 2012.

DIRETORIA

ÉLIO ANTONIO MARTINS
Presidente (*)
(*) Diretor de Relações com Investidores

FLAVIO GRISI
MARCELO FERREIRA VINHOLA

NELSON PAZIKAS
ROGÉRIO RENNER DOS SANTOS

RUBENS RELA FILHO
SAULO SIMONI NACIF

CONTADOR

GILBERTO COMINATO
CRC-TC 1SP188839/O-0

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas e Administradores da

Eternit S.A.

São Paulo - SP

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Eternit S.A. ("Companhia"), identificadas como Controladora e Consolidada, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2011 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e das demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("IFRSs"), emitidas pelo "International Accounting Standards Board - IASB", e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os

procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados às circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião sobre as demonstrações financeiras individuais

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais anteriormente referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Eternit S.A. em 31 de dezembro de 2011, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas anteriormente referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da Eternit S.A. em 31 de dezembro de 2011, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo naquela data, de acordo com as normas internacionais de relatórios financeiros (IFRS) emitidas pelo IASB e as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Ênfase

Conforme descrito na nota explicativa nº 2, as demonstrações financeiras individuais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. No caso da Companhia, essas práticas diferem das IFRSs, aplicáveis às demonstrações financeiras separadas, somente no que se refere à avaliação dos investimentos em controladas, coligadas e controladas em conjunto pelo método de equivalência patrimonial, enquanto para fins de IFRSs seria custo ou valor justo.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Examinamos, também, as demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011, preparadas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e como informação suplementar pelas IFRSs que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

São Paulo, 7 de março de 2012

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes
CRC nº 2 SP 0111609/O-8
Reynaldo Awad Saad
Contador
CRC nº 1 SP 215056/O-1

Deloitte.